

CRISTINA XAVIER DE ALMEIDA BORGES

UFV	BIBLIOTECA BBT	OBRA RG000510691
	CLASSIFICACAO T 333.72 / B732p	
TITULO Por tras do verde : discurso e pratica de		
		
102605 BBT		

POR TRÁS DO VERDE: DISCURSO E PRÁTICA DE UMA ONG
- O CASO DA FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA
NATUREZA

BIBLIOTECA CENTRAL - UFV -
102-605 20-10-94

Tese Apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como Parte das Exigências do Curso de Extensão Rural, para Obtenção do Título de "Magister Scientiae".

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
FEVEREIRO - 1995

T
333.72
B732p
1995
ex.2

DOAÇÃO

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV

T

B732p
1995

Borges, Cristina Xavier de Almeida, 1955-
Por trás do verde: discurso e prática de uma
ONG - o caso da Fundação Brasileira para Conserva-
ção da Natureza/Cristina Xavier de Almeida Bor-
ges. - Viçosa : UFV, 1995.
127p.

Orientador: Fernando Antonio da Silveira Rocha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.

1. Fundação Brasileira para Conservação da Natu-
reza - Ideologia. 2. Conservação da natureza. 3.
Conservacionismo. 4. Política ambiental - Brasil.
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

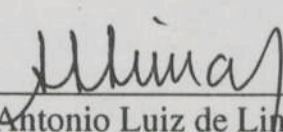
CDD. 18.ed. 333.72
CDD. 19.ed. 333.72

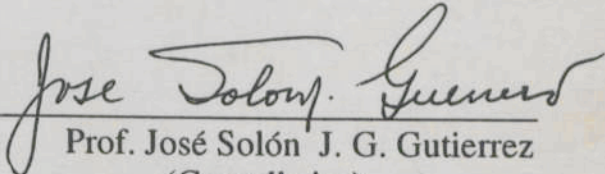
CRISTINA XAVIER DE ALMEIDA BORGES

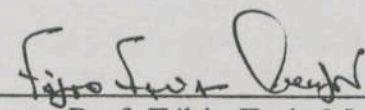
POR TRÁS DO VERDE: DISCURSO E PRÁTICA DE UMA ONG
- O CASO DA FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA
NATUREZA

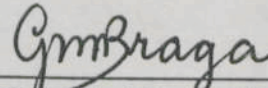
Tese Apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como Parte das
Exigências do Curso de Extensão Rural,
para Obtenção do Título de "Magister
Scientiae".

APROVADA: 17 de junho de 1994


Prof. Antonio Luiz de Lima
(Conselheiro)


Prof. José Solón J. G. Gutierrez
(Conselheiro)


Prof. Fábio Faria Mendes


Prof. Geraldo Magela Braga


Prof. Fernando Antônio da Silveira Rocha
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade da realização do Curso.

Ao *Taís*, Departamento de Economia Rural, pela simpática acolhida.

Ao *Zilah*, companheira, mãe e mestre.

Ao Orientador, professor Fernando Antônio da Silveira Rocha, e aos membros da banca examinadora, professores Antonio Luiz de Lima, José Solón J. Guerrero Gutierrez, Fábio Faria Mendes e Geraldo Magela Braga, pela apoio e pelas sugestões ao longo do trabalho.

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, pela constante atenção e pela dedicação.

A amiga e companheira Mircia Pinheiro Ludwig, por todos os momentos de atenção e incentivo, desde a minha chegada a Viçosa.

Em especial, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, aos seus funcionários e aos dirigentes, que tornaram possível esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realização do Curso.

Ao Departamento de Economia Rural, pela simpática acolhida.

À CAPES, pelo suporte financeiro.

Ao Orientador, professor Fernando Antônio da Silveira Rocha, e aos membros da banca examinadora, professores Antonio Luiz de Lima, José Solón J. Guerrero Gutierrez, Fábio Faria Mendes e Geraldo Magela Braga, pelo apoio e pelas sugestões ao longo do trabalho.

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, pela constante atenção e pela dedicação.

À amiga e companheira Márcia Pinheiro Ludwig, por todos os momentos de atenção e incentivo, desde a minha chegada à Viçosa.

Em especial, à Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, aos seus funcionários e aos dirigentes, que tornaram possível esta dissertação.

CONTEÚDO

BIOGRAFIA

CRISTINA XAVIER DE ALMEIDA BORGES, filha de Zilah Xavier de Almeida e de Orivaldo Borges Leão, nasceu em 12 de junho de 1955, em Goiás-Go.

Em 1981, concluiu o Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ.

Em 1984, fez o Curso de Especialização em Filosofia da Educação, no Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ.

De 1986 a 1994, vem atuando na ENGE-RIO - Engenharia e Consultoria, inicialmente como funcionária e posteriormente como consultora na área de planejamento, estudos e educação ambiental.

Em abril de 1990, iniciou o Curso de Mestrado em Extensão Rural, no Departamento de Economia Rural, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG.

	Página
4.1.4. Atuação da FBCN nos seus Primeiros Anos	41
4.2. A FBCN: Passos para uma Nova Configuração	42
4.2.1. Mudanças na Ordem Política Nacional	43
4.2.2. A FBCN e Estrutura	45
4.2.3. A Conferência da Biosfera e sua Representação	47
4.3. A FBCN: Uma Nova Configuração: 1970-1984	49
4.3.1. 1968/1984: Circunstâncias Políticas	50
4.3.2. A Conferência do Estocolmo: Consequências	52
4.3.3. FBCN: "Anos Áureos"	
4.4. A FBCN em Face dos Novos Desafios: 1985/1990	61
EXTRATO	vii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Justificativa	5
1.2. Objetivos	9
1.2.1. Geral	9
1.2.2. Específicos	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
3. METODOLOGIA	22
3.1. Procedimentos Metodológicos	24
3.1.1. A Pesquisa Documental	25
3.1.2. As Entrevistas	27
4. A FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	29
4.1. A FBCN: Lançando Raízes - 1958/1966	30
4.1.1. Preliminares Históricos	30
4.1.2. A FBCN: Gênese e Caracterização	35
4.1.3. A Internacionalização da Problemática Ambiental	39

4.1.4. Atuação da FBCN nos seus Primeiros Anos	41
4.2. A FBCN: Passos para uma Nova Configuração	42
4.2.1. Mudanças na Ordem Política Nacional	43
4.2.2. A FBCN se Estrutura	45
4.2.3. A Conferência da Biosfera e sua Repercussão	47
4.3. A FBCN: Uma Nova Configuração: 1970/1984	49
4.3.1. 1968/1984: Circunstâncias Políticas	50
4.3.2. A Conferência do Estocolmo: Conseqüências	52
4.3.3. FBCN: "Anos Áureos"	57
4.4. A FBCN em Face dos Novos Desafios: 1985/1990	67
4.4.1. Circunstâncias Políticas	67
4.4.2. Os Desafios da FBCN	72
4.4.2.1. Os Convênios Escasseiam	72
4.4.2.2. A Concorrência com as ONGs	76
5. CONCLUSÃO	84
BIBLIOGRAFIA	89
APÊNDICES	95
APÊNDICE A - FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS	96
APÊNDICE B - TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA FBCN	111
APÊNDICE C - ACERVO PATRIMONIAL	121
APÊNDICE D - PUBLICAÇÕES E VEICULAÇÕES DA FBCN	123
APÊNDICE E - NÚCLEOS DA FBCN	125

EXTRATO

BORGES, Cristina Xavier de Almeida, M.S., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 1995. *Por Trás do Verde: Discurso e Prática de uma ONG - O Caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Professor Orientador: Fernando Antônio da Silveira Rocha. Professores Conselheiros: Antônio Luiz de Lima e José Solón J. Guerrero Gutierrez.

O presente estudo focalizou a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), do ponto de vista de suas proposições para o meio ambiente, bem como do sentido político e ideológico implícito nas suas práticas, desde o momento de sua criação, em 1958, até 1990.

Dado que este trabalho teve por objeto uma entidade ecológica que se define como conservacionista, inicialmente foi analisada esta postura como uma das correntes representativas do movimento ecológico atual. Para caracterizar a significação sócio-histórica da FBCN, o Conservacionismo foi considerado conceitualmente, mas também em sua realização histórica efetiva, tal como se caracterizou no caso específico dessa entidade.

Para as considerações analítico-críticas, os referenciais empíricos, coletados por meio de pesquisa de campo, foram relacionados ao contexto

político brasileiro correspondente a cada uma das fases que se distinguem na história da FBCN.

Da interpretação geral desses referenciais, resultaram elementos que levaram a considerações de que, ideologicamente, tanto o Conservacionismo como a própria FBCN situam-se, teoricamente, nos limites do pensamento liberal. E, por outro lado, suas propostas e estratégias ecológicas são compatíveis com as concepções de desenvolvimento que o Estado brasileiro tem teoricamente assumido, a partir dos anos 50.

1. INTRODUÇÃO

"Pelas imprevistas conseqüências sócio-culturais do progresso técnico, a espécie humana colocou-se a si mesma no desafio não só de provocar o seu destino social, mas ainda o de aprender a dominá-lo. E não é possível enfrentar esse desafio lançado pela técnica tão somente com os recursos da técnica."

(HABERMAS)

(CASTORIADIS, 1987: 129).

Este trabalho situa-se no âmbito da chamada questão ambiental.

Localiza a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, do ponto de vista de suas proposições para o meio ambiente, e o sentido político e ideológico implícito em suas práticas. Considera a entidade ecológica, que é a mais antiga no Brasil, desde o momento de sua criação, em 1958, até 1990.

Inicialmente, focaliza-se o conceito de desenvolvimento, sob a sua forma ideologizada, que se tornou dominante a partir do século XIX, ou seja, como desenvolvimentismo, para, em seguida, mencionar reações iniciais a essa idéia, relacionando-as, depois, à expansão do movimento ecológico a partir dos anos 50.

A origem dessa ideologização dos conceitos de crescimento e progresso como fins em si mesmos, como um processo infinito, remonta, segundo várias interpretações, a certas convergências históricas, que se situam no período compreendido entre os séculos XIV e XVII: o nascimento e a expansão da burguesia; o entusiasmo obsessivo pelas invenções e descobertas; a matematização das ciências; e, inclusive, a idéia de que o adequado uso da Razão é condição necessária e suficiente para que nos tornemos "senhores e donos da natureza".

Num processo complexo de interações de todos esses fatores, chega-se à idéia do desenvolvimento como processo infinito. Isto é, o desenvolvimento entendido como

"um proceso histórico e social de ultrapassagem constante de todo estado definido, em demanda de um estado que não se define senão pela capacidade de levar a novos estados. Ou seja: o desenvolvimento indefinido, infinito, sem fim (nos dois sentidos da palavra fim)." (CASTORIADIS, 1987: 129).

Alguns postulados teóricos são consubstanciais a essa espécie de ideologia. Entre os quais, a crença numa onipotência virtual da técnica, na racionalidade dos mecanismos econômicos, e, num sentido mais amplo, a convicção de que o homem e a sociedade são naturalmente predestinados ao progresso.

Essas idéias de desenvolvimento e progresso, como fins em si mesmo, tornam-se, paulatinamente, assim como o consumismo, elementos fundamentais da ideologia dominante na segunda metade do século XX. Em quase todo o planeta, o crescimento econômico tornou-se o princípio e o fim da maioria dos governos. O que parece compreensível, se a base material do crescimento - a natureza - é considerada infinita e a ciência, toda poderosa.

Essa posição que privilegia o econômico em detrimento não só da natureza, mas também do social, baseia-se num sistema de valores que coloca na acumulação crescente de bens materiais o objetivo das sociedades industriais modernas.

E a consequência foi que

"neste planeta no qual ao longo de bilhões de anos, se compusera um bio-sistema equilibrado, que comporta milhões de espécies vivas diferentes; onde, ao longo de centenas de milhares de anos, as sociedades conseguiram criar para si um habitat material e mental... (e onde) apesar da miséria, da ignorância, da exploração, das superstições e das crueldades, essas sociedades conseguiram criar para si, a um só tempo, maneiras bem adaptadas de viver"... (CASTORIADIS, 1987: 142).

E de repente se verificou que o futuro, mais que isto, que um futuro depende de um esforço nunca antes exigido de uma geração histórica: o esforço de buscar juntos

"um uso ótimo para a base de recursos com que ainda contamos em escala planetária, e redefinirmos os objetivos que possam ser alcançados sem degradar o planeta e ameaçar a sobrevivência das novas gerações." (BENJAMIN, 1993: 12).

Assim, o entusiasmo desenvolvimentista, embora ainda muito marcante neste final de século, tem sofrido contestações desde que, há cerca de 50 anos, começou a avolumar-se a percepção de seu elevado preço.

O consumo indiscriminado de recursos naturais, água, solo, minerais, acoplado à crescente deterioração física do ambiente, provocou reações de cientistas, de intelectuais, de políticos e de cidadãos.

As reações críticas ao desenvolvimentismo, restritas inicialmente a grupos de pensadores políticos e sociais, difundiram-se pouco a pouco entre a

juventude, principalmente entre os estudantes. E começam, por volta dos anos 60, os movimentos de contestação organizada, em vários países.

Daf em diante, de modo cada vez mais insistente e generalizado, governos e empresas são chamados a explicar o preço que os seres humanos e as coletividades pagam pelo crescimento. Em resposta, muitas vezes, novos organismos burocráticos são criados, para atender aos novos problemas referentes à qualidade de vida.

CASTORIADIS (1987:120) comenta esse processo, referindo-se principalmente à sua fase inicial:

"Os economistas descobriram imediatamente um novo e promissor terreno para seus deleitáveis exercícios de álgebra elementar... os indicadores econômicos foram completados com 'indicadores sociais' ou 'indicadores de bem estar' e novas linhas e colunas foram acrescentadas às matrizes das relações interindustriais... a questão ambiental não era discutida senão do ponto de vista dos 'custos' e dos 'rendimentos', e do possível impacto das medidas de controle da poluição sobre as taxas de crescimento do PNB; esse impacto ameaçava ser negativo, mas, ele bem poderia ser afinal compensado pelo crescimento da nova 'indústria do controle da poluição' ..."

Como se verá, o desenvolvimento, como categoria teórica e ideológica, tem especial relevo no trabalho aqui apresentado, não só em virtude de suas relações intrínsecas com a ecologia, mas também porque esteve presente na própria criação da FBCN.

No item que se segue, desenvolvem-se algumas considerações relativas à importância da ecologia hoje e algumas referências históricas sobre manifestações mais antigas sobre o impacto destrutivo da ação do homem sobre a natureza.

1.1. Justificativa

Os problemas ecológicos, tais como hoje se caracterizam, incluem, pela sua natureza, um rol de questões abrangentes e intrincadas, mesmo quando se apresentam, aparentemente, localizados ou pontuais.

Essa complexidade deriva de vários fatores.

Que se tomem alguns tipos de problemas graves que afetam os países do Terceiro Mundo, em geral. A fome, por exemplo, é expressiva pela sua incidência na quase totalidade dos países pobres.

Conforme alguns estudos, entre eles o Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial de Desenvolvimento da ONU, têm salientado, a tragédia da fome do Terceiro Mundo envolve questões políticas, econômicas, técnicas, ecológicas e sociais. O mesmo se passa em outros planos, como, por exemplo, no abastecimento de energia, no desaparecimento de florestas tropicais, na explosão demográfica, na disponibilidade de produtos alimentícios, na disponibilidade de água etc.

Na correlação entre países do Terceiro Mundo e os chamados desenvolvidos, problemas que tendem a se agravar são analisados do ponto de vista da ameaça que representam até para garantia das conquistas já realizadas ou das possibilidades dos projetos mais importantes dos países industrializados.

Têm sido importantes nesse despertar da atenção para o assunto as contribuições dos movimentos ecológicos que, disseminados por todas as partes do mundo e portadores de formas diversificadas de atuação, salientam, de vários modos, o fato de que, no interesse geral de ricos e pobres, se faz indispensável encontrar caminhos que permitam o estabelecimento de uma razoável harmonia entre os interesses em conflito.

Assim, a ecologia - termo cunhado no século XIX para designar o estudo do funcionamento dos ecossistemas naturais, com destaque para as

relações que se estabelecem entre seres vivos num mesmo habitat -, nas palavras de BENJAMIN (1993:12),

"adquiriu, nas últimas décadas, dimensão muito mais abrangente: o estudo da reprodução da vida em escala planetária, criando uma nova perspectiva para se pensar as sociedades humanas como parte desse conjunto. Em pouco mais de um século, como se vê, deixou para trás o domínio da biologia, penetrou no espaço das ciências sociais, redefiniu conceitos, passou a denominar um amplo movimento social organizado e chegou, por fim a designar uma nova filosofia de vida."

Entretanto, as preocupações com a defesa da natureza e com o esgotamento de seus recursos têm precedentes remotos. O mesmo autor aponta exemplos históricos dessas manifestações:

"A temática do esgotamento dos recursos tem sido sucessivamente reiterada ao longo da história, sob diferentes formas, segundo a cultura de cada época... No século V, por exemplo, Próspero de Aquitânia escrevia à mulher: 'Nada no campo ou na cidade conserva seu estado original: todas as coisas caminham para o fim'... No Brasil figuras como José Bonifácio: 'Nossas preciosas matas estão desaparecendo, vítimas do fogo, do machado, da ignorância e do egoísmo... Virá então este dia (dia terrível e fatal) em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos' (Representação à Assembléia Nacional Constituinte, 1823). " (BENJAMIN, 1993: 162-163).

Mas, embora tenham se manifestado, anteriormente, alguns tipos de preocupação com a degradação da natureza, vários autores, como Pascal Acot, consideram que o movimento ecológico teve suas raízes históricas no século XIX. Ele era então, segundo assinalam LAGO e PÁDUA (1985), um movimento de naturalistas e artistas, de fundo romântico e conservador, preocupados em conter a destruição de áreas naturais.

Representando uma posição análoga, registrou-se, no Brasil,

“em 1933, a primeira manifestação mais organizada de defesa do meio ambiente, um grupo de intelectuais e cientistas criou a Sociedade dos Amigos da Árvore. Ela foi a primeira entidade para proteção à natureza. Embora com vida breve, a entidade promoveu a Primeira Conferência de Proteção à Natureza, no Museu Nacional. Três anos mais tarde foi criado o primeiro Parque Nacional, em Itatiaia, no Rio de Janeiro.” (BARROS, s.d.: 2).

Outras iniciativas nesse sentido foram tentadas, como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, fundada pelo sociólogo citado, que publicou o livreto *As fontes de vida no Brasil*. Esta é considerada, por muitos especialistas, uma das primeiras obras sobre a conservação da natureza publicada no Brasil. Esta sociedade sobreviveu por apenas cinco anos.

Na década de 40, surgiram a Sociedade dos Amigos da Flora Brasileira, em São Paulo, e a Campanha Associativa de Proteção à Natureza, que, como as outras, não tiveram continuidade.

Predominava, nessa época, o Preservacionismo. Essa concepção é originária no século XIX, e tem por base a idéia de que a criação de áreas virgens restritas ao acesso de qualquer pessoa que não tivesse por objetivo realizar estudos, pesquisa e recreação orientada era um meio para preservar as espécies animais e vegetais.

O Conservacionismo torna-se a tendência de pensamento dominante sobre a natureza, nos anos 40, deste século.

Nos marcos do ideário do conservacionista, vai se situar a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. A análise dessa tendência do pensamento ecológico na sua expressão brasileira deve considerar a trajetória histórica e política dessa entidade, que é mais antiga no Brasil.

Criada em 28 de agosto de 1958, a FBCN tem como finalidade:

“promover e recomendar uma ação nacional no sentido de preservar o ambiente natural, sob todos os seus aspectos, como sejam: água, solo, flora, fauna e paisagens, incluindo a proteção e reservas de áreas que tenham valor científico, histórico, estético de maneira e congregar a opinião pública em torno do palpitante assunto.” (Declaração de Princípios da FBCN).

Essa Declaração de Princípios, assim como os Estatutos da época da criação, encontra-se no Apêndice A.

A FBCN adquiriu, ao longo do tempo, expressão tanto no interior do movimento ecológico, quanto num nível social mais amplo, por ter alcançado credibilidade técnica e científica por intermédio dos projetos por ela desenvolvidos.

Por sua expressão social, que se reflete na história do movimento ecológico brasileiro, a FBCN deveria ser, por tudo que já foi mencionado, a matriz para uma reconstituição de sua emergência.

Neste estudo sobre a FBCN, procurou-se enfocar as correlações entre suas posturas e práticas e o Conservacionismo, nas suas diversas expressões concretas no Brasil, nos últimos 30 anos. Em uma primeira aproximação, constata-se que as propostas conservacionistas não questionam os modelos de desenvolvimento característicos da segunda metade deste século. O Conservacionismo não seria, então, a expressão das propostas oficiais no interior do movimento ecológico?

Está implícita na realização deste trabalho a intenção de contribuir para uma história do movimento ecológico. Além disso, ao tomar como foco de análise esse ator coletivo, que é a FBCN, considerou-se que este estudo pode servir para uma reflexão sobre implicações de natureza sócio-política e filosófica

do Conservacionismo, pois é também por meio das posturas práticas que qualquer teoria assume sua plena significação.

1.2. *Objetivos*

1.2.1. *Geral*

Analisar a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, do ponto de vista de suas proposições para o meio ambiente, tendo em vista o conteúdo ideológico e político implícito nos discursos e nas práticas da entidade.

1.2.2. *Específicos*

Avaliar os tipos e o nível de influência do Conservacionismo na atuação da FBCN, em diferentes planos: na sua relação com o Estado e com as outras entidades ecológicas.

Avaliar, sob o pressuposto da coerência entre as práticas e o discurso da FBCN e o ideário conservacionista, as possibilidades efetivas do Conservacionismo para resolução dos problemas ambientais.

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos.

No segundo capítulo, que apresenta o referencial teórico, são considerados dois aspectos. Pelo primeiro, procura-se situar o Conservacionismo no movimento ecológico. Segundo ANTUNIASSI (1989), ele se divide em duas correntes: ambientalista e conservacionista. Esta divisão prevalece ao longo do trabalho, para todos os efeitos. O Conservacionismo foi considerado não apenas do ponto de vista conceitual, em paralelo com o Ambientalismo, mas também nas suas dimensões de um movimento social de sentido específico. Assim, as considerações a seu respeito obedeceram a pressupostos de natureza valorativa,

ou seja, de que a sua relevância como corrente ecológica se correlacionaria às suas posturas em face das exigências impostas pela problemática ambiental, tal como se configurou na segunda metade do século XX.

Em seguida, tendo em vista as posturas teóricas e práticas da FBCN, foram delineadas algumas considerações críticas sobre as relações entre ciência, Estado, técnica e sociedade nas sociedades industriais modernas, a partir de análises efetuadas por MORIN (1982). Nesse caso, o objetivo foi focalizar os mecanismos da dominação política nessas sociedades. Pareceu importante incluir esse aspecto, em virtude da dimensão da autonomia ante o Estado, pretendida pela FBCN.

No terceiro capítulo, procurou-se mostrar, inicialmente, que o método compreensivo adequa-se aos objetivos deste trabalho. Em continuidade, situou-se a pertinência da postura qualitativa à metodologia compreensiva. O argumento básico é de que essa é a mais adequada aos estudos pelos quais se pretende atingir as dimensões subjetivas dos homens, ou seja, sempre que se torna importante apreender suas motivações ideológicas, seus valores, seus fins etc., o que é precisamente a intenção básica deste trabalho.

A seguir, são explicitados os procedimentos adotados para a pesquisa de campo, realizada em função dos objetivos do trabalho.

O quarto capítulo, subdividido em quatro itens, apresenta a interpretação resultante da análise da FBCN, a partir do material empírico, obtido na pesquisa de campo. Esse é apreendido e analisado contextualmente, sustentando uma determinada interpretação da entidade.

No primeiro item, enfoca-se a FBCN no processo da sua criação, em 1958, até 1966, situando-a nas circunstâncias sócio-políticas daquele momento.

No mesmo item, incluem-se informações sobre os seus fundadores, bem como as dificuldades de recursos financeiros e as críticas enfrentadas naquele momento.

No segundo item, serão mencionados os fatores que, no plano nacional e internacional, influenciaram as mudanças internas, que começam a ocorrer na FBCN a partir de 1967.

No terceiro item, procura-se caracterizar a fase de maior atividade da FBCN, que se dá no período compreendido entre 1968 e 1984, quando se estreitam as suas relações com o Estado, por intermédio de alguns de seus agentes e de suas organizações.

O momento então vivido pela FBCN foi considerado também no âmbito da expansão do movimento ecológico internacional, tendo em vista a sua própria inserção nesse mesmo processo.

No quarto e último item, são expostas as novas dificuldades com que a FBCN passa a se defrontar no contexto de uma nova crise financeira e na concorrência com as demais ONGs, na segunda metade dos anos 80.

No quinto capítulo, conclusivo da dissertação, procurou-se interpretar a crise da FBCN do final dos anos 80, em relação aos vários aspectos, e as suas limitações de natureza doutrinária e organizacional, advindas de sua persistência no mesmo naturalismo cientificista peculiar à época de sua criação, na década de 50.

Procurou-se explicitar essas limitações e justificar as críticas feitas à FBCN, apontando aspectos da evolução da própria ecologia, particularmente aqueles que se relacionam à categoria de desenvolvimento sustentável, tal como é compreendida pela nova economia ecológica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão caracterizados os marcos teóricos que basicamente orientaram a condução deste trabalho.

Dado que este estudo teve por objeto uma entidade conservacionista, inicialmente será focalizado o Conservacionismo como uma das correntes representativas do movimento ecológico atual. Para melhor caracterizar a sua significação histórica, ele será considerado não só conceitualmente, mas também sociológica e historicamente, em sua condição de movimento social de natureza específica.

Num segundo momento, serão feitas algumas considerações histórico-culturais que pareceram pertinentes para melhor inteligibilidade da tendência tecnicista que caracteriza tanto o próprio Conservacionismo, como a FBCN.

As preocupações com as questões ambientais até meados do século XIX eram, segundo McCORMICK (1992), restritas e regionalizadas. Pouco a pouco, vão se constituindo movimentos nacionais, e finalmente internacionais.

De maneira geral, os ecologistas, embora tendo alguns objetivos semelhantes, não fazem a mesma interpretação dos fenômenos sociais, políticos e ambientais. O ecologismo não é um todo monolítico. Convivem no seu interior

tendências e correntes de pensamento, que expressam caminhos, táticas e estratégias que pressupõem posturas políticas e filosóficas diferenciadas.

ANTUNIASI (1989) distingue o movimento ecológico em duas linhas básicas: ambientalistas e conservacionistas. Os ambientalistas têm como característica essencial subordinar a sua ação a princípios de ordem ética, que têm por base uma visão cosmológica específica. Nesta cosmologia, o universo é concebido como um sistema orgânico de relações harmônicas. Para eles, o ambientalismo é uma filosofia, um modo de vida, que pretende resgatar no homem um sentimento inato de “pertencimento” a esse cosmos. Direccionam sua ação na promoção de uma conscientização ecológica a partir das causas mais gerais, como a defesa do meio ambiente equilibrado e a mudança de valores éticos da sociedade.

Os conservacionistas não partem de referenciais cosmológicos ou da relação homem-natureza, não elaboram esquemas de interpretação da realidade, considerada em sua totalidade. Suas concepções básicas referem-se estritamente ao plano histórico-cultural. O homem é concebido, por essa corrente, como um ser histórico, inserido num sistema sócio-econômico, que atualmente se torna hostil à sua própria sobrevivência. Vive, portanto, um momento de crise, que o obriga a reconsiderar valores defendidos por esse sistema, principalmente alguns que se relacionam à sua convivência com a natureza. Para conservar ou recuperar a qualidade de vida, segundo os conservacionistas, a questão central é reformular as práticas de usufruto dos bens naturais, por meio de utilização dos conhecimentos técnico-científicos. Sem isto, para eles, não se poderá garantir a sobrevivência da humanidade. Desenvolvem, de modo geral, ações mais conjunturais, ligadas a causas específicas, e promovem pesquisas para subsidiar a prática. Limitam-se, assim, como observam LAGO e PÁDUA (1985), a criticar os aspectos da estrutura sócio-econômica que têm impacto destrutivo direto na natureza.

ALHO (1992) acrescenta que o objetivo do Conservacionismo é a manutenção da integridade do ecossistema, entendida como a “garantia do seu fluxo energético mínimo”, e que a avaliação ou a legitimidade das interferências humanas nos processos

naturais se subordinaria a um balanço entre outros interesses do homem, inclusive os econômicos, e a salvaguarda da natureza. O equilíbrio, nesse caso, seria viabilizado pela racionalidade na utilização de técnicas de manejo. Nas práticas de manejo pautadas pelo cuidado fundamental de não afetar a estrutura e a dinâmica próprias do ecossistema, situa-se a confluência entre as “teorias e técnicas ecológicas”.

O Conservacionismo amplia suas perspectivas iniciais, ao incorporar o conceito de desenvolvimento.

No prólogo do documento “Estratégias mundial para conservação da natureza”, elaborado em 1980, pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), pelo Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNEP) e pelo Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF), há uma referência aos objetivos da conservação da natureza, relacionando-os ao desenvolvimento:

“Os seres humanos, em sua busca do desenvolvimento econômico e do gozo das riquezas naturais, deverão enfrentar a realidade de que os recursos naturais e a capacidade dos ecossistemas são limitados e, conseqüentemente, deverão ajustar-se às necessidades das gerações futuras. Essa é a mensagem da conservação. Embora a finalidade do desenvolvimento consista em proporcionar o bem estar econômico e social, o objetivo da conservação consiste, por sua vez, em manter a capacidade da Terra para sustentar esse desenvolvimento e garantir a vida”.

Os objetivos do Conservacionismo, como se observa no trecho anteriormente citado, de maneira geral, se adequam às propostas do desenvolvimento sustentável. Este conceito, que surgiu na Conferência de Estocolmo, de 1972, correspondeu, na época, a um grande salto nas possibilidades da problematização teórica da questão. Até então, o discurso oficial pensava o desenvolvimento de modo abstrato, dissociado das questões sociais. O novo conceito de desenvolvimento sustentável amplia essa visão. Os

custos ambientais e sociais passam a ser considerados como parte do planejamento global dos recursos, como se pode verificar pelas referências que se seguem.

Antes da Conferência de Estocolmo, em 1972, muitos ecologistas rejeitavam a ética do crescimento. Para eles, o crescimento econômico era uma categoria suspeita e adversa a uma administração racional e correta do ponto de vista ecológico. A Conferência de Estocolmo abriu espaço para acordos, e chegou-se a um consenso de que o desenvolvimento e a racionalidade na administração dos recursos ambientais não são objetivos incompatíveis. O crescimento econômico deixou de ser encarado como o principal causador de mazelas ambientais. Ao contrário, passou a ser visto como essencial à melhoria da qualidade ambiental e de vida, contando que fosse sustentável.

Enquanto nos anos 60 o crescimento populacional havia sido considerado um obstáculo para o desenvolvimento econômico e social, após a Conferência de Estocolmo, argumentava-se, de modo inverso, que a falta de desenvolvimento é que poderia incentivar o crescimento populacional. Dava-se, a partir daí, uma conciliação das tendências identificadas com o Conservacionismo, que, ao invés de rejeitar os padrões econômicos e sociais das sociedades capitalistas, procuravam traçar uma política de compromissos, no sentido de usar os sistemas econômicos e sociais para realizar mudanças dentro do próprio sistema. Tornando slogan, o “desenvolvimento sustentável” passou a unir tendências importantes do movimento ecológico, entre elas o Conservacionismo e as políticas oficiais de vários países.

O documento “Estratégia mundial para a conservação da natureza”, em seu todo, celebra a comunhão dos princípios do Conservacionismo com os do desenvolvimento sustentável.

McCORMICK (1992) comenta que a meta da “Estratégia” era ajudar a impulsionar a conquista do desenvolvimento sustentável, por meio da

conservação dos recursos vivos. Isto era necessário em razão do ritmo da destruição desses recursos. Ela foi essencialmente dirigida a elaboradores de políticas governamentais e incrementadores de desenvolvimento, inclusive organismos de ajuda.

A conservação ambiental ganha no documento uma nova conotação, e passa a ser considerada como:

“A administração do uso humano da biosfera de modo que esta possa produzir os maiores benefícios sustentáveis para as gerações atuais, embora mantendo seu potencial para atender as gerações futuras.”

O conceito de conservação passou, assim, a incorporar os fundamentos do desenvolvimento sustentável.

Deve-se observar, porém, que o conceito de desenvolvimento sustentável supõe não apenas crescimento econômico, mas também desenvolvimento e transformações no plano técnico-científico, que envolvem as relações homem-natureza. Nele, está implícito que sua viabilização vincula-se prioritariamente a mudanças fundamentais no modo de pensar e de viver, isto é, na postura de cada um no processo de produzir, de consumir etc. Implica revoluções na ordem das relações entre governos, ciências, técnica e indústria. Implica autoquestionamento das ciências relativas a muitos dos seus próprios paradigmas, assim como implica exigências e desafios na conquista de uma transdisciplinaridade efetiva no enfrentamento das questões fundamentais para a sobrevivência da própria vida do planeta, que hoje não se distinguem mais da sobrevivência das sociedades como um todo e de cada sociedade em particular. Implica, ainda, uma nova relação entre teoria e prática, nenhuma sendo caudatária em relação à outra.

Assim, embora essa idéia de desenvolvimento sustentável aponte para estratégias de ação, ela tem aspectos limitantes, conforme destaca CARVALHO (1989: 59):

“... não rompe fundamentalmente com o discurso oficial. Mantém em continuidade com este, a concepção liberal de um mundo organizado com base nas relações de cooperação internacional. Embora relacione as desigualdades, a pobreza e a crise do meio ambiente às relações de exploração entre países, credita essa situação a uma conjuntura superável dentro deste modelo econômico. Exclui em sua análise, os conflitos e as relações antagônicas que determinam essa ordem internacional. Critica a ausência de uma política de cooperação nos últimos anos, mas aponta na sua possibilidade, como se esta dependesse apenas de uma decisão de vontade e de ‘boa fé’ dos países.”

Oferece sugestões, como aquela que cita que, aos países em desenvolvimento, seja dado apoio financeiro, para que, amparados pelas fontes de recursos internacionais, possam restaurar o seu meio ambiente e, assim, efetuar uma transição para o desenvolvimento sustentável, obscurecendo, entretanto, as evidências de que as dívidas externas têm servido para manter a dominação em níveis internacionais. Essa “ajuda” que financiaria o suposto desenvolvimento do Terceiro Mundo, sabe-se que, na prática, funcionaria como mais um mecanismo de sua submissão ao chamado Primeiro Mundo, preservando, assim, inabaladas as bases da ordem político-econômica internacional vigente.

Não é por acaso que o discurso oficial e a mídia assimilam bem tanto a visão conservacionista, quanto a do desenvolvimento sustentável. Elas não põem em xeque, não questionam as bases sobre as quais se assentam as relações capitalistas de produção, tanto internamente quanto em nível internacional.

Nas considerações anteriores, foram caracterizadas, por meio das conceituações de Ambientalismo e de Conservacionismo, as diferenças que basicamente distinguem as duas correntes.

Seguem-se algumas observações, cujo objetivo é salientar que a radicalidade das propostas ambientalistas e o caráter mais pragmático e imediatista do Conservacionismo envolvem fundamentos distintos, não apenas do ponto de vista científico e ideológico. As diferenças, como se pretende mostrar, partem de oposições radicais, quanto à própria racionalidade que os sustenta.

Como se sabe, convivem e conflituam-se hoje, no Ocidente, duas formas antagônicas de racionalidade: a razão tecnicista, de base positivista, e a razão crítica. Por sugestão desta última, a primeira é também designada como razão instrumental.

A razão instrumental, positivista, por sua própria modalidade e propósito, é a que vem historicamente atuando como pensamento dominante, hegemônico, presente na mídia e assumido pelo Estado.

Quanto ao pensamento crítico, representa uma postura contestatória que abarca todos os níveis da vida social, e tem, como ponto de partida, uma autocrítica da própria razão filosófica tradicional, sobretudo a que corresponde à versão positivista dos últimos anos do século XIX e começo do XX.

A primeira forma de racionalidade mencionada determina filosoficamente o Conservacionismo; a segunda, o Ambientalismo.

Quanto às relações entre a ideologia liberal moderna e a razão técnica, ressaltam-se, a seguir, os mecanismos pelos quais a razão instrumental serve à dominação política, mediante processos específicos às sociedades industriais modernas.

Para esse propósito, será utilizada uma análise de MORIN (1982). Esse autor assinala a simbiose que hoje se tornou possível entre ciência, técnica,

sociedade e Estado, por meio de conexões contextualmente produzidas por uma dinâmica de inter-retroações.

Nessa rede de interações, a ciência tornou-se hoje, segundo o autor, uma espécie de infratessitura das próprias infra-estruturas sociais.

Fundamentalmente preocupado com o sentido das ciências no mundo de hoje, sobretudo do ponto de vista das suas possíveis conseqüências, MORIN (1982) frisa a importância do fato de que, alheia a valores e, por definição, isenta de preocupações éticas ou humanas, a ciência representa hoje um papel tão relevante na condução dos destinos dos homens.

Cita-se, a seguir, sua denúncia, segundo suas próprias palavras:

“Vivemos uma era histórica na qual os desenvolvimentos científicos, técnicos, sociológicos são cada vez mais estreitos e múltiplas as inter-retroações...

A experimentação científica constitui, por si mesmo, uma técnica de manipulação e o desenvolvimento das ciências experimentais reforça os poderes de manipulação das ciências sobre as coisas físicas e os seres vivos. Ela favorece o desenvolvimento das técnicas, o qual, em retorno, traz novos rumos de experimentação e de observação”... (MORIN, 1982:33)

Infere-se que a potencialidade de manipulação viabilizada pelo progresso técnico-científico não é algo exterior à ciência, mas insere-se nela de modo inseparável.

Assim, marca-se uma enorme diferença entre a ciência na atualidade e no século XVII, quando ela era sociologicamente marginal, periférica.

“Hoje a ciência tornou-se uma potente e massiva instituição no centro da sociedade, alimentada e controlada pelos poderes econômicos e estatais... A instituição científica sofre as pressões técnico-burocráticas próprias aos grandes aparelhos econômicos ou estatais, mas nem o

Estado, nem a indústria, nem o capital são guiados pelo espírito científico"... (MORIN, 1982:33).

Assim, ideologizada, ideologizante e tecnificada, a ciência moderna vem desenvolvendo contraditória atuação na grande aventura ocidental da descoberta do universo e dos mistérios do homem. Revelando e ocultando, permitindo a satisfação de necessidades humanas e gerando outras necessidades, ela vem sendo, ao mesmo tempo, solução e fonte de problemas. Libertadora, é, ao mesmo tempo, recurso sofisticado para a dominação em todos os planos.

No jogo de inter-retroações mencionado, os interesses do sistema político dominante, sob o rótulo de interesses do Estado, encontram os caminhos para o controle das instituições, dos indivíduos e da sociedade.

A autonomia, sobretudo a institucional, torna-se, nesse processo, uma utopia.

Mas, quanto à coragem para a utopia, ou o entusiasmo para a utopia, assinala-se, também, uma diferença entre a razão instrumental, que é por essência tecnicista, pragmática, positivista, e a razão crítica.

Essa última é essencialmente utópica, isto é, projeta transformações talvez impossíveis; a primeira é conservadora, adaptada, por essência, ao já dado, já estabelecido.

Marcuse representa um exemplo do arrojo utópico da razão crítica, e é significativa a frequência com que o seu nome aparece mencionado nos trabalhos dos ecologistas mais críticos.

Para ilustrar essa dimensão utópica, segue-se um trecho do livro "O homem uni-dimensional", que, divulgado na década de 60, ainda hoje encontra ressonância nas discussões dos ecologistas:

"O que eu tento mostrar é que a ciência, em virtude do seu próprio método e de seus próprios conceitos, projeta um universo em cujo seio a dominação da natureza ficou ligada à dominação do homem... e esse elo ameaça ser fatal a este

universo em seu conjunto... Uma mudança na direção do progresso técnico, que quebrasse esse laço fatal, afetaria também a estrutura da própria ciência - o projeto científico. Sem perder de vista seu caráter racional, as hipóteses da ciência desenvolver-se-iam em um contexto experimental... de um mundo pacificado; e, por conseguinte, a ciência chegaria a conceitos de natureza essencialmente diferentes, e estaria em condições de estabelecer fatos essencialmente diferentes.” (HABERMAS, 1980:279).

Com essa citação, concluem-se essas últimas considerações, cujo objetivo básico é caracterizar os mecanismos por meio dos quais, nas sociedades contemporâneas, a realização da autonomia torna-se um processo desafiante, sobretudo para as instituições que, como a FBCN, dentro de um projeto de autonomia, nutrem relações de dependência com organismos estatais, embora não tenham um discurso e pretendam vincular idéias e adotar práticas que se fundamentam na vontade livre do cidadão de organizar-se, para atuar numa questão tão complexa e multifacetada como é a “questão ambiental” ou ecológica, na qual a oposição ao Estado é um elemento-choque dessa “autonomia”.

3. METODOLOGIA

Nos últimos 50 anos, começaram a se expandir, nos estudos sociais, os métodos que utilizam as pesquisas qualitativas.

Esses métodos têm, em geral, mesmo que em sua base mais remota, idéias e princípios teóricos difundidos pela sociologia compreensiva, tal como construída originariamente por Max Weber.

A sua principal peculiaridade é que, ao contrário das posturas metodológicas de índole objetivista, para a metodologia compreensiva, é importante atingir precisamente as dimensões subjetivas dos homens: motivações ideológicas, valores, fins etc.

Seu pressuposto fundamental é que os fenômenos sociais são mais fáceis de serem conhecidos por meio do enfoque dessas peculiaridades, pelas quais as sociedades humanas se distinguem da natureza propriamente dita.

Por outro lado, para a abordagem qualitativa, os diferentes elementos que integram o campo da pesquisa não fazem sentido, se tomados isoladamente. Assim, o pressuposto básico inicial é que há uma interação viva, uma relação dinâmica, de natureza constitutiva, entre o chamado mundo real e o sujeito, entre o chamado objeto de conhecimento e o sujeito cognoscente, entre o mundo dito

objetivo e a subjetividade do agente considerado. É também necessário, nesses casos, ter presente que essa subjetividade de que aqui se fala não é apenas psicológica. Não é propriamente individual, mas, porque é humana, é de natureza histórico-social. Por isso, sobretudo na pesquisa qualitativa, os dados não constituem um elenco de elementos passíveis de serem considerados em si mesmos, isolados, portanto, uns dos outros. Os dados, nesses casos, expressam, se adequadamente correlacionados, relações vivas de sujeitos que são, por definição, historicamente situados, sujeitos concretos, como se diz numa única palavra. Daí, a importância e a necessidade teórica de se considerarem os atores sociais, não abstratamente, mas sim no âmbito das determinações históricas nas quais se inserem. Visto sob o ângulo dessas determinações, os atos e as opções dos referidos sujeitos se tornarão, evidentemente, muito mais inteligíveis, que se considerados isolados do seu contexto.

O enfoque histórico deve, nesses casos, pautar-se por uma dimensão a mais dialética possível, uma vez que, por meio dessa inserção histórica, pretendem-se, metodologicamente, a descoberta, a explicitação e a interpretação de possíveis contradições eventualmente emergentes mediante as articulações operadas com o conjunto dos dados obtidos na pesquisa de campo.

É importante frisar, ainda, que a pesquisa qualitativa não se concilia com o pressuposto ou a ilusão de uma possível neutralidade do pesquisador na realização da sua tarefa. Ao contrário, pressupõe-se que ele tenha plena consciência de que a temática, o enfoque teórico, os objetivos, enfim todas as diretrizes gerais que caracterizam o trabalho, desde o seu plano inicial até os últimos pormenores de seu acabamento, inclusive as interpretações, tudo trará, inevitavelmente, marcas da sua subjetividade, por mais que ele, na medida das possibilidades sugeridas pelo próprio método, tente neutralizá-las.

Por outro lado, hoje já se sabe que o peso dos subjetivismos nos processos de construção do conhecimento é inevitável, qualquer que seja o

método utilizado. Pode-se, ao máximo, relativizá-los mediante procedimentos adequadamente conduzidos em todas as fases da pesquisa e na interpretação de seus resultados.

Nas partes que se seguem, serão explicados os procedimentos adotados na pesquisa de campo.

3.1. *Procedimentos Metodológicos*

Antes de entrar nas referências aos procedimentos técnicos observados na realização da pesquisa na FBCN propriamente dita, cabem algumas informações sobre uma fase inicial, que envolveu o levantamento bibliográfico, a seleção e os estudos que permitissem maior segurança quanto às investigações na entidade visada.

Essencialmente, procurou-se chegar a um certo nível de informações gerais sobre a história da ecologia, do ponto de vista de sua constituição como ciência. Neste estudo, tinha-se em vista principalmente a sua evolução no plano nacional e internacional e as controvérsias que, mais basicamente, dominam atualmente o seu campo.

Foram particularmente considerados os últimos 50 anos, tendo em vista o fato de que a partir do pós-guerra é que a ecologia começa a tomar a forma, os contornos, as dimensões que hoje a caracterizam.

Considerou-se particularmente importante para este estudo a observação de que, nas proximidades da segunda metade deste século, a ecologia começa a deixar de se configurar como uma questão de natureza apenas técnico-científica, para tornar-se um problema que envolve desafios de natureza política, social, econômica, técnica, científica e filosófica.

Assim, foi com uma visão da ecologia como um processo histórico marcado por rápidas e profundas mudanças internas, que se prosseguiu a exploração do campo de interesse da pesquisa.

Foram buscados estudos de natureza histórica sobre a ecologia no Brasil. Nesse sentido, houve grandes dificuldades. São reconhecidamente escassos, incompletos e sectários os trabalhos sobre o tema. Inexistem referências que fundamentem críticas eventualmente feitas sobre tal ou qual corrente ou entidade.

Por último, ainda dentro da mesma intenção, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica que mais diretamente focalizasse o Conservacionismo. Julgava-se necessário formar uma idéia dos seus principais traços constitutivos. Pretendeu-se, também, o mesmo com a FBCN, mas as dificuldades aí foram ainda maiores, pois a maioria das vezes ela não era sequer mencionada nos estudos sobre a área, e quando aparecia nos textos era apenas citada de passagem, em poucas linhas.

Pelos estudos preliminares referidos, chegou-se à conclusão de que a pesquisa documental e as entrevistas seriam os procedimentos metodológicos mais adequados àquele estudo de caso, dado ao conjunto das circunstâncias em que se realizaria.

Tinha-se claro, já naquele momento, o que depois se confirmou, que esses procedimentos, combinados, viriam a constituir as fontes empíricas quase exclusivas do presente trabalho, pois, como já mencionado, era quase total a escassez de informações bibliográficas sobre a entidade.

3.1.1. A Pesquisa Documental

Quanto a esta fase, o trabalho foi facilitado pela boa acolhida e abertura dos dirigentes da FBCN, que nunca dificultaram o acesso a qualquer

documento. Por outro lado, o mesmo foi significativamente prejudicado, em virtude de alguns fatores circunstanciais, relacionados aos seus arquivos.

Esses passavam por um processo de reorganização desde 1991, segundo informações fornecidas pela própria FBCN. O fato é que naquele momento, em 1992, quando se iniciou a fase exploratória, os arquivos se encontravam dispersos, o que, obviamente, resultou em prejuízos para a investigação. Alguns dos mais importantes documentos, como por exemplo o livro das Atas de Reuniões da FBCN, desde a sua criação até novembro de 1988, foi encontrado, casualmente, em lugar inesperado.

Nesse levantamento da documentação, foram consideradas relevantes, num primeiro plano, as seguintes fontes: os estatutos, os boletins, os informativos, as atas de reuniões, os projetos de pesquisa e os convênios. A propósito das duas últimas ordens de documentos, observa-se que, em virtude da impossibilidade do acesso direto às fontes, em razão do processo de reorganização dos arquivos, a FBCN forneceu à pesquisadora uma relação dos mesmos.

Os diferentes documentos serviram a fins específicos.

As atas de reuniões e os estatutos foram especialmente importantes no tocante às questões mais abrangentes. Nesses documentos, buscaram-se definições de princípios e posturas políticas e filosóficas da entidade; particularmente nos estatutos, os princípios e objetivos da FBCN, ali fixados.

Os periódicos, os boletins anuais, publicados de 1966 até 1989, e os informativos proporcionaram elementos para considerar, por meio dos seus artigos, o pensamento e o ideário da FBCN ao longo do tempo, sua coerência teórica e política etc.

Quanto aos convênios, só se teve acesso aos títulos, ou a alguma caracterização sumária dos mesmos. Entretanto, de algum modo, foi possível aferir a linha dos trabalhos realizados pela FBCN.

3.1.2. As Entrevistas

Tinha-se planejado entrevistar os fundadores e os presidentes da FBCN.

Optou-se pelas entrevistas não-diretivas, por ser a forma que mais se ajusta aos pressupostos e objetivos do “método da compreensão”. Por este método, cumpre ao entrevistador atentar não apenas para os conteúdos dos enunciados discursivos, mas também para o modo como esses conteúdos afloram nas falas dos entrevistados, para a espontaneidade, as contensões, para os silêncios, as omissões, o tom de voz, a expressão etc.

Por outro lado, dada à natureza das entrevistas e dos entrevistados, a opção foi pelos procedimentos não-diretivos. Estes pareceram mais aconselháveis ao caso, que os questionários fechados, pois os entrevistados, todos eles antigos presidentes ou fundadores da FBCN, com enorme experiência na área da ecologia, representavam fontes documentais preciosas. Além do mais, porque a entidade, como tal, contava com uma longa história de realizações na área da ecologia, em uma fase em que foi praticamente a única, no Brasil, interessada nesse objetivo. Além disso, como já mencionado, era escassa a documentação disponível, e mais ainda os estudos críticos. Pareceu, assim, preferível deixar fluírem os comentários, interferindo apenas em raras ocasiões.

Tratava-se concretamente de buscar os primeiros elementos que viessem servir não apenas a este trabalho, mas também assegurar alguns subsídios para ulteriores aprofundamentos da história do movimento ecológico no Brasil.

A intenção inicial era entrevistar a totalidade dos fundadores e presidentes, mas isso não foi possível, porque alguns haviam falecido e outros se encontravam doentes.

Quanto às entrevistas, deve-se registrar que a FBCN as facilitou, como já acontecera em relação à pesquisa documental. E, mais do que isso, a FBCN prestigiou e valorizou a iniciativa, realçando, de vários modos, a significação e

importância de se proceder a um primeiro estudo histórico da instituição. Essa atitude representou um estímulo para a realização deste trabalho.

4. A FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Este capítulo apresenta a interpretação resultante da análise da evolução da instituição de conservação da natureza, a partir dos dados coletados sob a forma de observação participante e de entrevistas com os pesquisadores envolvidos na pesquisa de campo. Estes são trazidos sob a forma de referências empíricas obtidas na pesquisa de campo. Estes são trazidos sob a forma de referências empíricas obtidas na pesquisa de campo. Estes são trazidos sob a forma de referências empíricas obtidas na pesquisa de campo.

Foi assim a forma de exposição adequada à realização dos trabalhos de pesquisa e de observação participante e de entrevistas com os pesquisadores envolvidos na pesquisa de campo. Estes são trazidos sob a forma de referências empíricas obtidas na pesquisa de campo. Estes são trazidos sob a forma de referências empíricas obtidas na pesquisa de campo. Estes são trazidos sob a forma de referências empíricas obtidas na pesquisa de campo.

O capítulo estrutura-se em quatro itens: 4.1. A FBCN: Lançamento (1958/1966); 4.2. A FBCN: Passos para Uma Nova Configuração; 4.3. A FBCN: Uma Nova Configuração; 1970/1984; e 4.4. A FBCN em Face dos Novos Desafios: 1985/1990.

4.1. A FBCN: Lançando Raízes - 1958/1966

Neste item, procura-se situar a FBCN a partir das circunstâncias sócio-políticas que se relacionam ao seu surgimento, bem como dos seus objetivos e princípios filosóficos, tais como se encontram definidos nos documentos de sua fundação.

Complementarmente, a partir de depoimentos orais de ex-presidentes e

4. A FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

primeiros atos e outras relativas à significação que ainda hoje eles atribuem aquela iniciativa pioneira.

Este capítulo apresenta a interpretação resultante da análise da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, a partir dos dados referenciais empíricos obtidos na pesquisa de campo. Estes são trazidos contextualmente, sustentando ou justificando uma determinada interpretação da entidade.

Foi essa a forma de exposição julgada mais adequada à realização dos propósitos gerais da dissertação e a mais condizente com a metodologia da pesquisa aqui adotada. Há, nessa modalidade expositiva, o pressuposto de que os dois aspectos: referenciais empíricos e interpretação, ao se interpenetrarem, se realcem mutuamente.

O capítulo estrutura-se em quatro itens: 4.1. A FBCN: Lançando Raízes - 1958/1966; 4.2. A FBCN: Passos para Uma Nova Configuração; 4.3. A FBCN: Uma Nova Configuração: 1970/1984; e 4.4. A FBCN em Face dos Novos Desafios: 1985/1990.

Este capítulo respeita as circunstâncias sócio-políticas que caracterizam o governo J.K. que, em 1955, sucede a Getúlio Vargas, dentro de um clima de turbulência política.

4.1. A FBCN: Lançando Raízes - 1958/1966

Neste item, procura-se situar a FBCN a partir das circunstâncias sócio-políticas que se relacionam ao seu surgimento, bem como dos seus objetivos e princípios filosóficos, tais como se encontram definidos nos documentos da sua fundação.

Complementarmente, a partir de depoimentos orais de ex-presidentes e de membros fundadores, são incluídas referências a suas atividades naqueles primeiros anos e outras relativas à significação que ainda hoje eles atribuem àquela iniciativa pioneira.

4.1.1. Preliminares Históricos

A idéia da criação da FBCN é explicitamente relacionada pelos fundadores à ideologia do desenvolvimentismo, tal como se caracterizou no governo Juscelino Kubitschek (1955/1960), quando ela gerava um entusiasmo que teve o poder de impregnar expressiva parte da sociedade.

Nesta primeira parte do capítulo, que apresenta a FBCN a partir da pesquisa de campo, procurará justificar essa afirmação, por meio de passagens de pronunciamentos escritos da autoria de dirigentes, pessoas de destaque na entidade, bem como por trechos de declarações expressas nas entrevistas, realizadas como parte da pesquisa para este trabalho.

Mas é necessário preceder essas referências por algumas considerações históricas gerais sobre o período considerado, para que elas se tornem mais contextualizadas, ilustrativas do processo de emergência e posterior trajetória da FBCN. Elas dizem respeito às circunstâncias sócio-políticas que caracterizam o governo J.K., que, em 1955, sucede a Getúlio Vargas, dentro de um clima de turbulência política.

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951/1954) tinha sido pautado por um nacionalismo industrializante, de caráter populista. ALENCAR et al. (1985) interpretam-no, atribuindo-lhe uma certa ambigüidade. Por um lado, uma estratégia de política econômica que não rompia inteiramente a dependência relativamente ao capital internacional. Por outro, pelos grupos que controlavam o Estado, forjava mecanismos políticos diversos, por meios dos quais os interesses burgueses e os das classes populares tornavam-se aparentemente idênticos.

IANNI (1989:148) define essa configuração histórica na qual se torna possível adequar aos interesses da burguesia uma suposta política de massas:

“É uma ocasião em que alguns processos típicos do capitalismo em formação (a separação entre produtor e os meios de produção, a socialização da produção maquinizada, a constituição de relações de dependência e complementaridade entre as atividades produtivas e os trabalhadores, a sindicalização, a tendência à elevação da taxa de exploração da força de trabalho, etc.) se constituem e assumem importância crescente nas relações entre classes. (...) O getulismo representa, ao mesmo tempo, a ruptura com a situação agrária, inclusive com a ideologia que representa o Brasil como nação de destino exclusivamente agrícola, e a conquista dos benefícios possíveis no ambiente urbano.”

Mas o fato é que, dentro das complexidades políticas então geradas, Getúlio não consegue, apesar da sua habilidade, manter o apoio da classe média. A União Democrática Nacional (UDN) passa a encarnar uma oposição que contrapõe ao nacionalismo getulista o liberalismo econômico. A sua política econômica contribuía para acirrar, cada vez mais, o descontentamento tanto da classe média quanto dos industriais. A UDN consegue a adesão de segmentos militares, que se pronunciam, então, politicamente, por meio do Manifesto dos Coronéis.

Nesse contexto, agravam a situação as denúncias de corrupção, que caracterizou o chamado mar de lama. No dia 22 de agosto de 1954, um grupo de oficiais da Aeronáutica, liderados pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, lançou um manifesto, no qual exigia a renúncia do Presidente. No dia 23, 27 generais do Exército, por meio de outro manifesto, vinham também exigir o mesmo. Getúlio perdia, assim, suas expectativas de que uma parte da oficialidade viesse a opor uma resistência a seu favor. Diante de um ultimato dos militares, endossado pelo próprio Ministro da Guerra e entregue na manhã do dia 24 de agosto, Getúlio suicida-se à noite, dessa mesma data.

O Vice-Presidente Café Filho assume a presidência. De postura política conservadora, favorece o fortalecimento da UDN, que procura, naquelas circunstâncias, impugnar candidaturas getulistas para as eleições que, proximamente, se realizariam. Mas grupos representados, em nível partidário, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD) indicam para candidato à presidência Juscelino Kubitschek de Oliveira e, para vice, João Goulart.

A candidatura de Juscelino Kubitschek foi contestada de forma violenta. A UDN, derrotada, com apoio de diferentes organizações conservadoras, tentou impedir sua posse, apelando novamente para as Forças Armadas, sob o pretexto da necessidade de salvar a democracia.

Mas, conseguindo empossar-se nesse clima adverso, Juscelino Kubitschek, sem muita demora, impõe-se politicamente e inaugura um tempo de democracia inédita no Brasil. Estabeleceu, como um princípio que alardeava constantemente em seus discursos, a tese de que o conflito é inerente à democracia. Para ele, conforme sempre proclamava, a instauração e garantia das liberdades seriam essenciais à implantação de seu projeto econômico, alicerçado na industrialização.

A estratégia política e econômica de Juscelino baseava-se no nacional desenvolvimentismo. O primeiro termo da expressão teve o poder de apelar ideologicamente para outras dimensões, além daquelas estritamente econômicas. Mobilizando, assim, expectativas políticas, JK reforçava seu governo e viabilizava a realização de suas propostas. Foi se fortalecendo, progressivamente, na população brasileira, a crença geral em que a industrialização, nos moldes delineados por Juscelino, seria a solução para o subdesenvolvimento brasileiro, nela compreendendo-se a correção das injustiças sociais, geradoras de tensões políticas, bem como a de todas as mazelas que corrompem, tradicionalmente, a vida política brasileira.

Sua estratégia concretizou-se num Plano de Metas de produção, que abrangia todos os setores da economia, exceto a agricultura. Era enorme a crença coletiva de que JK realizaria, por meio dessas metas, a promessa de 50 anos de progresso em cinco anos de governo.

Os resultados sociais objetivos desse governo são, ainda hoje, objeto de enormes controvérsias. Mas aqui, as referências a esses aspectos têm por finalidade apenas caracterizar o clima histórico no qual a FBCN surge como proposta de ação objetiva contra os desmandos que a generalizada ânsia desenvolvimentista acarretava com relação à utilização dos recursos naturais. Portanto, apenas uma breve referência ao cumprimento das famosas metas.

Entre os outros críticos, SKIDMORE (1988:204) relaciona uma série de dados que comprovam um crescimento econômico real àquela época:

“No Brasil, entre 1955 e 1961 a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias do aço (100%); indústrias mecânicas (125%), indústrias elétrica e de comunicações (380%) e indústria de equipamento de transporte (6%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de aproximadamente, 4% per capita. Para a década de 1950, o crescimento per capita efetivo do Brasil foi

aproximadamente três vezes maior do que o do resto da América Latina.”

Com bases objetivas ou não, o fato é que JK governou e passou à história sob uma imagem favorável. É revelador nesse sentido o trecho, a seguir, de Lúcia Lippi, pesquisadora e biógrafa de Juscelino, em um debate sobre seu governo, no *Jornal do Brasil*, em abril de 1992:

“JK tinha a capacidade de fazer o novo com o existente. Ele viu o que havia, foi capaz de aproveitar determinadas cristalizações de desejos, de sonhos e construiu com isso algo que tem sua marca pessoal. Há um ato de vontade. Uma percepção política de um Brasil que ele antevia e estava querendo construir a partir das condições existentes. Foi nessa confluência que JK deu certo, conclui.” (DEBATE..., 1992).

Esse trecho expressa a percepção pública mais generalizada sobre o desenvolvimentismo juscelinista. De certo modo, explica também porque processos industrializantes causadores de seqüelas ambientais que até hoje constituem problemas graves, naquela época, não eram objeto de qualquer questionamento. Abriam-se estradas, derrubavam-se matas, sem qualquer critério. Prevalencia uma idéia de que os recursos naturais eram ilimitados. Em suma, o País empobrecia do ponto de vista dos recursos naturais, sem que nem da parte da população em geral, nem do governo se manifestasse qualquer sinal de preocupação.

Foi nesse contexto histórico que surgiu, em 28 de agosto de 1958, a FBCN.

Wanderbilt Duarte de Barros, um dos seus fundadores, comenta a decisão, expressando as preocupações que motivaram o grupo:

“Na eventualidade de que grandes modificações poderiam perturbar as condições do ambiente natural, a partir da decisão do Poder Federal de fazer progredir cinquenta anos

em cinco, a FBCN surgiu como proposta de se empenhar pela adequada administração do uso da natureza, ainda no início da administração Kubitschek. Visava a atuar ativamente na luta pela conservação da natureza.” (BARROS, s.d.:2)

4.1.2. FBCN: Gênese e Caracterização

Para falar da gênese da entidade e das suas características iniciais, serão considerados o grupo de fundadores e o ideário estabelecido pela FBCN, por ocasião de seu surgimento.

O grupo de fundadores foi composto por pessoas de certa expressividade social em suas áreas de atuação (Quadro 1).

QUADRO 1 - Fundadores da FBCN

Fundador	Profissão
Harold Edgard Strang	Engenheiro Agrônomo
Luiz Hermany Filho	Industrial
Victor Abdemur Farah	Engenheiro Agrônomo
Fuad Atala	Jornalista
Wanderbilt Duarte de Barros	Engenheiro Agrônomo
Arthur Miranda Bastos	Engenheiro Agrônomo
Francisco Carlos Iglésias de Lima	Industrial
Rossini Pinto	Jornalista/Músico
Rosalvo de Magalhães	Biólogo
Eurico Santos	Escritor
Luiz Simões Lopes	Engenheiro Agrônomo
Jerônimo Coimbra Bueno	Engenheiro Civil
Fernando Segadas Vianna	Ecólogo

FONTE: Dados da pesquisa.

São eles, em geral, pessoas advindas dos extratos médios de sociedade: profissionais liberais, políticos e técnicos que ocupam cargos nos órgãos de governo. São funcionários públicos de expressão dentro do Ministério e Secretaria Estadual de Agricultura como, por exemplo, Wanderbilt Duarte de Barros e Harold Edgard Strang, ambos engenheiros agrônomos.

Dos estatutos publicados no Diário do Congresso Nacional, em 9 de setembro de 1960, constam os princípios e objetivos da nova entidade. Seus termos embasarão vários pontos deste trabalho (Apêndice A, íntegra desses estatutos em sua versão de 1958, momento da criação).

A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) foi, segundo várias referências, a primeira organização não-governamental (ONG) ecológica, de abrangência nacional. É também a de mais longa história. Anteriormente, haviam existido outras, já mencionadas, mas de curta sobrevivência. Além disso, seus propósitos de ação eram restritos ou a uma determinada região ou a uma problemática específica, como, por exemplo, a Sociedade de Amigos da Flora e Fauna, de São Paulo, e a Sociedade Brasileira para Proteção e Conservação da Natureza, do Espírito Santo.

Do ponto de vista do posicionamento político-ecológico, segundo depoimentos de alguns de seus primeiros integrantes, a FBCN teria tido, na fase inicial, um discurso contundente e crítico em relação ao modelo de desenvolvimento em vigor. Mas, apenas na ata da sua fundação, encontram-se referências que expressam críticas ou oposição a ações governamentais. Transcrevem-se, a seguir, alguns trechos mais expressivos sobre o particular, encontrados naquele documento:

...“A debilidade das providências adotadas visível pela pequena expansão, e pela mínima receptividade, refletem, uma e outra, a ausência de uma política brasileira de conservação da natureza.” (Ata de Fundação da FBCN, 28 de agosto de 1958).

...“Mas por imperiosa decorrência do progresso do crescimento, e da maturidade do país, não podem as gerações e não devem os homens, filhos, moradores ou dependentes das condições físicas da terra em que vivemos, neste hemisfério permanecer contemplativos na iminência de uma inevitável sucessão de desastres oriundos da impercepção pública, do mau destino provindo da ignorância e do pior uso dos recursos naturais, desconsiderados no quadro da conjuntura dos problemas físicos, sociais, políticos, econômicos e culturais.” (Ibid.).

...“Que identificando o longo processo de utilização dos recursos naturais brasileiros sem observância de estreito conteúdo econômico, que assim se viram desfalcados de maneira séria de substanciais matérias primas vegetais, animais e algumas das quais se tornaram raras e outras ameaçadas de extinção...” (Ibid.).

Esse último trecho, cujo teor geral justifica a sua inserção nesse momento do trabalho, deve ser objeto de uma observação até para eliminar possíveis dúvidas quanto à fidelidade da sua transcrição. Primeiro, convém esclarecer que os trechos da ata de fundação da FBCN foram transcritos aqui diretamente do original manuscrito do documento. Causa estranheza a passagem “sem observância de estreito conteúdo econômico”, que não se adequa ao sentido geral que se pode atribuir ao documento como um todo.

Quanto à significação da iniciativa, quanto ao seu arrojo e vanguardismo, nas entrevistas, alguns integrantes da entidade em questão foram enfáticos, incluindo, em suas observações, referências à autonomia intelectual e política do grupo fundador. Revelava-se a auto-imagem do grupo quando, em suas palavras, era valorizada a iniciativa, com alusões à capacidade técnica ou à influência social do grupo fundador:

“Naquele tempo os agrônomos constituíam uma parcela muito grande do poder intelectual e da administração do Ministério da Agricultura. Quase todos eram agrônomos e pesquisadores de grande formação e vivência de Brasil. Tinham também a preocupação com o desgaste da

natureza. Eu me lembro quando Juscelino anunciou que ia avançar 50 anos em cinco, nós nos alarmamos com isto.” (Wanderbilt Duarte de Barros: entrevista com a autora).

Assinala-se aqui que, pela última frase citada, Wanderbilt, em 1993, reitera as motivações políticas e justifica os propósitos expressos nos documentos relativos ao momento da criação, no que diz respeito ao desenvolvimentismo.

Wanderbilt integrara o grupo de fundadores, mas o Almirante Ibsem Gusmão Câmara, que só se filiou à FBCN em 1967, também valoriza a iniciativa e os seus criadores.

Essa autovalorização, pelo que se pode perceber em diferentes momentos das entrevistas, fundamenta-se principalmente no contraste entre a visão da problemática ecológica revelada pela FBCN, ainda na década de 50, e a percepção do problema socialmente generalizado no Brasil, e mesmo no próprio contexto internacional. Ou seja, em uma palavra, no seu suposto vanguardismo, como se pode perceber pela declaração a seguir:

“O que é surpreendente é que na década de 50 um grupo de pessoas tenha fundado uma organização conservacionista. Essas pessoas tiveram a visão de que o problema ambiental era muito grave, porque naquela época pouca gente falava. No mundo só se começou a falar de poluição e de problemas ambientais na década de 60.” (Alm. Ibsem Gusmão: entrevista com a autora).

No mesmo sentido, podem ser interpretadas as referências à repercussão social da iniciativa. De modo geral, os depoimentos revelam uma reação negativa por parte da opinião pública. Assim, o prof. Luiz Emydgio de Mello Filho, que integrara o grupo desde o início, reportando-se a esse momento inicial, diz:

“Nós lutamos contra tudo. Tivemos embates, fomos tachados de malucos contra o desenvolvimento do país, inimigos do progresso. Falavam que tinha muita árvore,

que se podia cortá-las à vontade, que não iam acabar nunca. Era a visão que se tinha na época.” (Entrevista com a autora).

No mesmo sentido, falam José Cândido de Melo Carvalho e Wanderbilt

Duarte de Barros:

“De modo geral, éramos mal aceitos pela sociedade, éramos tidos como uns loucos e lunáticos.” (Entrevista com a autora).

“Nós criamos um movimento que foi crescendo, crescendo. Ninguém tinha idéia disto, todo mundo achava que aquilo era uma aventura.” (Entrevista com a autora).

Deve-se notar, entretanto, que se no contexto brasileiro as preocupações ecológicas causavam realmente estranheza e reações negativas, o mesmo não se pode dizer em relação ao plano internacional. Assim, no próximo item, será focalizada a questão, tal como era colocada na transição para os anos 50, em nível internacional.

4.1.3. *A Internacionalização da Problemática Ambiental*

A FBCN foi criada dez anos após a União Internacional de Proteção à Natureza (IUPN), que foi instituída em 5 de outubro de 1948. Mais tarde, na década de 60, essa organização passou a se denominar União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Esta organização e a FBCN têm objetivos (Apêndice A) muito próximos, ou seja: promover a preservação do meio ambiente, a pesquisa científica, a educação ambiental e divulgar dados e questões relativas aos problemas ambientais.

Pela IUCN,

“a natureza era definida como uma faceta importante da vida. Seu desenvolvimento e exploração formavam a base da civilização humana, e a exaustão dos recursos naturais havia levado a uma depreciação dos níveis de vida humanos. (...)” (McCORMICK, 1992:52).

Tanto na IUCN quanto na FBCN, predomina uma visão antropocêntrica.

O homem é o centro das preocupações e, na conservação da natureza, são prioritários os seus interesses e as suas necessidades.

A IUCN constitui um híbrido de órgãos governamentais e não-governamentais. Durante uma conferência sobre meio ambiente, promovida pela Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), em Fontainebleu, de 30 de setembro a 7 de outubro de 1948, na qual compareceram representantes de 18 governos, sete organizações internacionais e 107 organizações francesas, o principal assunto foi sua criação. Atualmente, filiam-se à IUCN cerca de 450 organizações, inclusive a FBCN.

A IUCN é fruto da política do pós-guerra, que incentivava a criação de organismos internacionais de cooperação, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seus organismos, tais como a Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) e UNESCO. Ideologicamente, essas organizações tinham um discurso com base no ideal de paz e união entre os povos. A IUCN, imbuída desse espírito, deveria promover e facilitar a cooperação entre os governos e as organizações nacionais e internacionais, preocupadas com a proteção à natureza.

Esses propósitos tinham um conteúdo mais ideológico do que prático, uma vez que, nesse período, já começavam a se esboçar os contornos da guerra fria. A ONU, longe de assistir e de auxiliar na promoção da paz e união entre os povos, foi, ao contrário, observadora da divisão dos países em três blocos: os

aliados aos Estados Unidos da América, afinados com o capitalismo; os aliados à União Soviética e ao socialismo real; e os ditos independentes, como a China, por exemplo.

A IUCN desenvolveu uma atividade muito intensa. Destaca-se entre suas primeiras iniciativas um trabalho intitulado "O estado da proteção da natureza no mundo, em 1950", que contém 70 relatórios sobre diferentes países. Essa abrangência legitima a suposição de algum contato prévio daquela entidade com o Brasil, no decurso dos anos 50, anteriormente, portanto, à criação da FBCN.

Uma mundialização efetiva da questão ambiental tornava-se materialmente favorecida, àquela época, pelo desenvolvimento das comunicações durante o pós-guerra e, ideologicamente, pela tomada de consciência de uma internacionalização objetiva das grandes questões político-econômicas do momento.

4.1.4. *Atuação da FBCN nos seus Primeiros Anos*

Quanto às realizações prático-materiais da FBCN, ou seja, serviços em correspondência com os objetivos e as finalidades expressos oficialmente em seus estatutos, não foram encontrados documentos que os comprovam, com relação ao período ora considerado. Também no plano das políticas governamentais ambientais, não se pôde comprovar qualquer atuação até o final dos anos 60.

Deve-se considerar, entretanto, que o registro histórico das atividades da FBCN pode ter ficado especialmente prejudicado, quanto a essa fase, em virtude da precariedade da organização dos seus arquivos, já mencionada anteriormente. Mas pode-se depreender, tanto dos diferentes depoimentos orais, como de outros documentos aqui considerados: atas das assembléias gerais,

estatutos, boletins anuais, informativos etc., publicados pela FBCN, que a atividade eventualmente desenvolvida naquele período teria sido bem limitada.

O depoimento de Harold Edgard Strang confirma essa versão, quando, de certo modo, procura justificá-la:

“A atividade não era muito grande. Nós nos reuníamos periodicamente para discutir problemas. A FBCN não tinha recursos de espécie alguma, os recursos eram nossos mesmo, tínhamos que tirar do próprio bolso. Depois, aos poucos, foi se conseguindo algum apoio, sempre muito pouco.” (Entrevista com a autora).

Mas a referência mais expressiva desse ponto de vista foi encontrada no

Informativo FBCN:

“O difícil começo - Os primeiros anos de vida foram bastante difíceis e aparentemente pouco produtivos. Mas a semente lançada germinou, criou raízes e acumulou reservas de energia para impulsionar o movimento brasileiro pela conservação.” (NA..., 1978).

Essa situação de precariedade financeira e baixa atividade somente começou a se alterar em 1967, como se procurará mostrar no próximo item.

4.2. A FBCN: Passos para uma Nova Configuração

Depois de quase dez anos em relativo marasmo, a FBCN, em 1967, começou a dar os primeiros passos no sentido de uma nova configuração, que alcançou o seu auge entre 1970 e começo dos anos 80.

Neste item, serão mencionados os grandes fatores que, no plano nacional e internacional, influenciaram as mudanças internas que começavam a ocorrer na FBCN, a partir de 1967. Nacionalmente, a vigência do governo

militar, que se implantou no Brasil por efeito do golpe de 31 de março de 1964. Internacionalmente, a Conferência da Biosfera, de grandes conseqüências para o tratamento das questões ecológicas, em nível epistemológico e político.

4.2.1. *Mudanças na Ordem Política Nacional*

No contexto de uma aguda crise política e econômica que dominava o Estado populista de João Goulart, ocorreu o golpe militar de 31 de março de 1964.

No começo de 64, João Goulart viu-se cercado por todos os lados. Não tinha esperança na aprovação, pelo Congresso, de qualquer das reformas que propunha, e, menos que qualquer outra, a agrária. Os nacionalistas radicais que o cercavam o aconselhavam a preterir os políticos e a buscar apoio para sua luta diretamente no povo.

Goulart aceitou o conselho e marcou uma série de comícios pelo País, realizando o primeiro no Rio de Janeiro, em 13 de março.

Ele havia tomado uma decisão muito grave: desafiar o Congresso e os adversários de suas reformas sociais.

Acirrou com essa gestão a reação das elites dominantes, atemorizadas diante da ascensão das forças populares. Estas tinham a seu lado os extratos conservadores da classe média, que, além de se sentirem prejudicados pela inflação, dia a dia mais se aterrorizavam pela suposta ameaça de cubanização do País.

No dia 19 de março, cerca de 400 mil pessoas, organizadas pelas forças da reação - setores conservadores da Igreja, empresariado etc. -, saíram em marcha, em nome da Família com Deus pela Liberdade; nesse primeiro dia, em São Paulo. A partir daí, manifestações da mesma natureza foram se sucedendo, em diferentes lugares do País.

Esse movimento de tendência política conservadora culminou no golpe militar de março de 1964, que levou ao governo o General Castelo Branco. Este buscou legitimar-se, propondo restaurar a economia. Declarava-se favorável a um padrão de desenvolvimento com base na livre empresa, contrário portanto, teoricamente, ao intervencionismo estatal. Foi, entretanto, esse um período em que as empresas estatais se solidificaram, embora com um perfil tipicamente capitalista. Do ponto de vista político, o fortalecimento do Executivo e da segurança do Estado, para o qual foi criado um organismo específico, o Serviço Nacional de Informações (SNI), foi a primeira preocupação do governo militar.

IANNI (1989:250) faz uma análise dessa conjuntura:

“...O Estado tem sido levado a intensificar e a generalizar a sua presença na atuação das forças produtivas e no desenvolvimento das relações de produção. (...) Aos poucos, no entanto, forma-se uma espécie de padrão típico em que operam as empresas do governo: exigem um volume elevado de capital, com longo prazo de maturação, baixo faturamento por pessoa ocupada e baixos níveis de rentabilidade direta. Os principais setores em que se localizaram as empresas do governo correspondem a essa constatação: insumos básicos (mineração, siderurgia, química e petroquímica, fertilizantes, adubos e petróleo); serviços industriais de utilidade pública (energia, água, esgoto e gás) e outros serviços públicos: armazenagem, transporte e comunicação.”

O crescimento do Estado não foi uma ameaça às empresas privadas, ao contrário, foi a condição fundamental para que as mesmas, sem maiores ônus, pudessem se expandir.

A identidade que se criou, a partir daí, entre o Estado e o capital implicou a expansão do Poder Executivo, em detrimento do Legislativo e do Judiciário. Na prática, a independência entre os poderes dissolveu-se. A hipertrofia do Executivo foi apoiada pelas classes dominantes, por terem uma cultura essencialmente autoritária.

4.2.2. A FBCN se Estrutura

Paradoxalmente, foi no clima de autoritarismo e repressão generalizada às organizações civis que a FBCN começou a se expandir. Esse processo começou por iniciativas bem-sucedidas no sentido de uma melhor estruturação financeira da entidade, na gestão de José Cândido de Carvalho (1966/1969).

Destacam-se, nesse processo, as seguintes medidas:

1. Organização de Câmaras Técnicas, com competências específicas, com o objetivo de desenvolver projetos, que visavam a preservação de espécies raras e ameaçadas de extinção. Foram elas: educação, legislação, parques nacionais e reservas afins, espécies raras ou em extinção e ecologia; 2) criação, ainda em 1966, do Boletim da FBCN, que, a partir desse momento, passou a ser publicado, regularmente, todos os anos, até 1989, quando desapareceu, sob a alegação de dificuldades financeiras; 3) criação de núcleos conservacionistas, em diferentes lugares. Segundo consta do Boletim da FBCN (1968), foram criados o Centro Mineiro para a Conservação da Natureza, em Viçosa, em 21 de setembro de 1967; e o Centro Fluminense para Conservação da Natureza, em Niterói, em 18 de setembro de 1967. Do mesmo boletim, sem referências às datas, consta também a criação de dois núcleos no Nordeste: o Cearense de Conservação da Natureza e o Centro Pernambucano. Em documentos internos da FBCN, registram-se informações sobre a criação de outros núcleos em Brasília, Friburgo, Cariri etc. (Apêndice E).

Esses núcleos tinham ampla autonomia administrativa e financeira, elegiam sua diretoria e eram registrados como entidades de direito privado, sem fins lucrativos.

Por esse tempo, outras ocorrências vieram a facilitar o fortalecimento da FBCN. Abriram-se a ela novas possibilidades, com a inclusão, em seu quadro

de sócios, de dois militares: O Almirante José Luis Belart e o Almirante Ibsem Gusmão.

O depoimento de Wanderbilt Duarte de Barros explicita particularidades das possibilidades que se abriram com a adesão de um dos novos participantes:

“O Alm. José Luiz Belart..., eu o fiz consultor. As custas dele peregrinei por todos os ministérios. Ele entrava em contato e levava mensagem da FBCN para pedir ajuda, porque nós não tínhamos dinheiro... Ele começou a assumir uma liderança estrutural sobre a FBCN, ele mandava cartas ao presidente da República, tinha idéias sobre as leis, etc.” (Entrevista com a autora).

Várias iniciativas, adiante referidas, se tornaram viáveis graças às novas relações que então se estabeleciam entre a FBCN e o Estado. É o que se pode depreender do Boletim da FBCN, de 1968, do qual constam informações que evidenciam resultados concretos dessa aproximação. A FBCN foi contemplada no Orçamento da República para 1968:

“Graças à atuação do deputado Dr. Gerardo Freire, através do Presidente José Cândido de Melo Carvalho, foi incluída no Orçamento da República para 1968 a importância de 29 mil cruzeiros novos, publicada no diário oficial de 18 de dezembro de 1967, p. 347 item 5.0300 - MA, adendo B-IBDF.” (AUXÍLIOS ..., 1968).

Também, a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara dispôs-se à ajuda:

“A Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara através do deputado Dr. Carvalho Neto, por solicitação do presidente da FBCN, aprovou a subvenção no montante de 2 mil cruzeiros novos, destinada ao trabalho da fundação em 1968. Diário da Assembléia Legislativa de 5 de setembro de 1967.” (AUXÍLIOS ..., 1968).

“Além disso, a FBCN, em 1967, recebeu auxílio das seguintes instituições: Organização dos Estados Americanos (OEA); Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq); Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá; Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA); Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); e da divisão cultural do Itamatari” (AUXÍLIOS ..., 1968).

Os entrosamentos que começavam a se estabelecer refletiram-se imediatamente em possibilidades de convênios e projetos de pesquisa com diferentes entidades governamentais, diretamente interessadas no problema conservacionista. Ocorreram entendimentos de trabalho com o Conselho Federal de Cultura, Ministério das Minas e Energia, Departamento de Estradas e Rodagem, Secretaria de Ciência e Tecnologia do então Estado da Guanabara.

Por sua vez, o IBDF, desejoso de ampliar as bases da política nacional de recursos naturais, assinou com a Fundação um convênio de assistência mútua, enquanto outro era estudado pelo INCRA (AUXÍLIOS ..., 1968).

De 1967 a meados dos anos 70, o número de projetos de pesquisa e convênios firmados com entidades governamentais aumentou gradativamente. No Apêndice B, está a relação completa dos convênios e demais trabalhos realizados pela FBCN, ao longo do período aqui considerado.

4.2.3. A Conferência da Biosfera e sua Repercussão

Na transição da década de 60 para a de 70, no plano internacional, registra-se um marco no movimento ecológico, que internacionalmente se organiza. Em 1968, realizou-se, de 4 a 13 de setembro, em Paris, a Conferência da Biosfera, para avaliar os problemas do meio ambiente global e sugerir ações corretivas.

McCORMICK (1992:98), em seu relato sobre a conferência, destaca que a biosfera foi, então, “definida como aquela parte do mundo na qual a vida pode existir, incluindo-se certas partes da litosfera, da hidrosfera, da atmosfera.” Em síntese, a conferência discutiu aspectos do impacto humano sobre a biosfera, incluindo os efeitos da poluição do ar, da água, do desmatamento.

A conferência chegou a um acordo sobre uma lista de 20 recomendações. As oito primeiras eram baseadas na necessidade de mais e melhores pesquisas sobre os ecossistemas, ecologia humana, poluição e recursos genéticos e naturais, e sobre a necessidade de desenvolvimento e práticas de monitoração de recursos.

Um avanço importante da Conferência da Biosfera foi a ênfase na necessidade de um caráter interdisciplinar dos estudos ambientais. Essa percepção foi uma verdadeira revolução nas propostas metodológicas de pesquisa para a época, pois vivia-se um momento de supervalorização da especialização. Os delegados concluíram que a deterioração do meio ambiente era resultado do crescimento populacional, da urbanização e da industrialização, rápidos e sem planejamento.

“O mundo carecia de políticas ponderadas e abrangentes para o meio ambiente, e ficou perfeitamente claro que políticas nacionais são obrigatórias se o que se pretende é restaurar e preservar a qualidade ambiental...” (McCORMICK, 1992:99).

Segundo o Boletim da FBCN (CONFERÊNCIA ..., 1969), participaram dessa conferência o Dr. Carlos Chagas Filho, como delegado do Brasil, e o Dr. José Cândido de Carvalho, então presidente da FBCN. Este, como membro do secretariado da UNESCO, apresentou o trabalho “Preservação de áreas naturais e ecossistemas: Proteção de espécies raras e ameaçadas de extinção”, elaborado em conjunto com cientistas de vários países.

Provavelmente, foi nas esteiras dessa Conferência da Biosfera que, nesse mesmo ano, 1968, no Rio de Janeiro, realizou-se o Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural do Homem, promovido e organizado pela Academia Brasileira de Ciências e pela FBCN, com a participação do IBDF, entre o dia 26 e 31 de outubro.

O Boletim da FBCN (SIMPÓSIO..., 1969) assinala a relevância do simpósio, considerando-o um marco nas discussões no campo da conservação da natureza e dos recursos naturais. De fato, nos objetivos do simpósio, destaca-se, como tema relevante, a importância do entrosamento entre as diversas áreas do conhecimento, para o enfrentamento da problemática ambiental, tal como vinha então se delineando. Essa preocupação, como se sabe, representa ainda hoje um desafio, cuja importância é reconhecida pelos ecólogos de todas as correntes.

4.3. A FBCN: Uma Nova Configuração: 1970/1984

Este item constará de três partes. Na primeira, procura-se caracterizar, embora sumariamente, o período político compreendido entre 1968 e 1984. Para isso, são destacados alguns pontos considerados significativos em relação ao autoritarismo e ao desenvolvimento típicos da fase considerada.

A segunda parte refere-se à Conferência de Estocolmo e às suas consequências, tendo em vista, principalmente, suas repercussões sobre a política ambiental brasileira em geral e sobre a FBCN.

Na terceira, é focalizada a FBCN na confluência dos fatores considerados.

4.3.1. 1968/1984: Circunstâncias Políticas

Em 1968, Costa e Silva ocupava o governo, e o País passava por momentos difíceis. Promessas de abertura democrática não se cumpriam. As reações da sociedade civil avolumavam-se, e radicalizavam-se os discursos críticos. Professores, estudantes, artistas, entidades civis iam às ruas, promoviam passeatas e outros tipos de movimento, exigindo o fim do regime militar. O governo respondeu, fechando o Congresso em 13 de dezembro de 1968 e editando o Ato Institucional número 5, que conferia ao Executivo poderes quase absolutos: suspensão de direitos constitucionais; confisco de bens em caso de enriquecimento ilícito; suspensão do direito de *habeas corpus* nos casos de infração à Lei de Segurança Nacional etc.

No segundo semestre de 1969, Costa e Silva, vitimado por uma trombose cerebral, foi substituído por uma Junta Militar, integrada pelos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Esta Junta outorgou a Emenda Constitucional número 1, que promoveu uma ampla reforma da Constituição de 1967 e deu plenos poderes ao Executivo.

Em outubro de 1969, tomou posse no governo do País o General Emílio Garrastazu Médice, que se identificava com os setores mais autoritários. Uma oposição vigorosa ao regime tentava, ainda, responder à situação, com protestos organizados sob várias formas: passeatas, comícios etc. Mas qualquer tentativa de manifestação da sociedade civil era violentamente reprimida com prisões, torturas etc. Instalara-se um estado de força no País.

Foi nessas condições de um regime militar embasado pela ideologia da Segurança Nacional que, sem qualquer garantia jurídica, se deu o crescimento econômico conhecido como “Milagre Brasileiro”. Médici levou ao auge um modelo político-econômico tecnocrático, que tinha entre seus pilares a concentração de rendas. Segundo SKIDMORE (1989:216)

“um rápido desenvolvimento econômico levou ao paraíso os brasileiros situados no vértice da pirâmide salarial - os profissionais, os tecnocratas, os administradores de empresa (...) ao mesmo tempo, contudo, milhões de brasileiros não sentiram qualquer melhoria em sua condição de vida.”

Também nesse governo, uma maciça propaganda governamental apregoava a idéia de que o destino do Brasil era tornar-se uma potência mundial, despertando, assim, o entusiasmo de diferentes setores da população menos consciente politicamente e daqueles outros segmentos da população favorecidos pelo regime.

Sucederam ao General Médici os generais Ernesto Geisel, em 1974, e João Batista de Oliveira Figueiredo, em 1979. Embora o discurso de ambos os presidentes promettesse abertura política, suas práticas foram igualmente autoritárias. Em abril de 1977, o Congresso Nacional foi fechado por 15 dias, em reação ao veto do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), majoritário no Congresso, a um projeto de reforma do Judiciário.

Durante esse tempo de “recesso” do Legislativo, no gozo das prerrogativas que o Ato Institucional nº 5/1968 lhe dava, Geisel outorgou o chamado “Pacote de Abril”, que estabelecia eleições indiretas, por intermédio de colégios eleitorais, para governadores de Estado e de um terço do Senado. O mandato presidencial, por sua proposta, passou a ser de seis anos, e a propaganda eleitoral gratuita na televisão foi bastante cerceada. Essas medidas tinham como objetivo principal evitar que a oposição fosse novamente vitoriosa em futuros pleitos, e que com isso se alterasse o “equilíbrio do sistema”.

O modelo de desenvolvimento seguido pelos governos autoritários tinha como binômio segurança e desenvolvimento. Segundo BRIGAGÃO (1991), disso resultou um país economicamente posicionado entre as oito maiores economias do mundo, ao mesmo tempo que deixou uma herança de grandes déficits sociais e ecológicos. Ele frisa que um dos exemplos da política econômica

ecologicamente predatória do regime militar foi o Plano 2010 da Eletrobrás, que previa o aproveitamento do manancial hidrográfico brasileiro para a geração de energia elétrica. Somente na Amazônia, o total da área inundada seria de 9 milhões de hectares, caso o Plano 2010 fosse executado na íntegra. O autor acrescenta que, no caso de algumas obras que chegaram a ser concluídas, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Balbina, foram inundados 256.000 hectares para gerar insignificantes 250 megawatts, a um custo de US\$5 por KW, e comenta que como a área inundada não foi previamente desmatada, prevê-se que a produção de gases tóxicos poderá interferir na saúde das populações ribeirinhas, na fauna e na flora regionais. É de se prever, ainda, que haverá proliferação de doenças endêmicas (malária e leishmaniose), em virtude dos constantes desmatamentos realizados para execução do projeto.

Essas ocorrências citadas são marcas de um Estado de Segurança que prevaleceu, ainda, com diferenças pouco significativas, até o início dos anos 80, quando esse projeto político começou a mostrar sinais de crise insuperável, quando estava no governo o General Figueiredo.

4.3.2. *A Conferência do Estocolmo: Consequências*

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano foi realizada em Estocolmo, Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972, com a participação de representantes de 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e 400 outras organizações intergovernamentais e não-governamentais.

A Conferência da Biosfera preocupou-se, predominantemente, com aspectos científicos dos problemas ecológicos. A de Estocolmo centrou-se em questões políticas, sociais e econômicas mais amplas. Prolongaram-se nela, porém, vários temas da conferência que a antecederam, em 1968.

Conforme aparece expresso na resolução preparatória de 1970, que determinou a sua realização, fazia-se necessário uma conferência internacional que viesse a permitir a formulação de uma perspectiva,

“segundo o qual a ONU pudesse avaliar de maneira abrangente os problemas do meio ambiente humano e fazer convergir para eles a atenção de governos e da opinião pública. Nessa futura conferência, se deveria também identificar quais as questões que só poderiam ser resolvidas ou que melhor se resolveriam através de acordos e cooperação internacionais.” (McCORMICK, 1992:99).

Naquela circunstância, as questões relacionadas à poluição, particularmente algumas referentes à chuva ácida e às suas conseqüências, haviam se sobreposto às preocupações com a destruição das áreas virgens, por longo tempo, e se concentrado na atenção dos especialistas da área ambiental. Essa mudança temática relacionava-se a problemas que vinham incomodando particularmente os países do Primeiro Mundo, como a Suécia, por exemplo, no caso da chuva ácida.

Mas essa reunião foi precedida de várias reuniões, a partir das quais, depois de amplas e prolongadas discussões, concordou-se que eram relevantes muitas das intervenções dos representantes dos países menos desenvolvidos, e a agenda finalmente estabelecida para a reunião refletiu os efeitos dessas intervenções. Transparecia nela o sentido geral das posições assumidas pelos países do Terceiro Mundo durante as reuniões preparatórias. E eles certamente contribuíram para que, em dezembro de 1971, a Assembléia Geral tivesse aprovado uma resolução na qual se acentuava que “nenhuma política ambiental deveria afetar de modo adverso as possibilidades de desenvolvimento presentes e futuras dos países em desenvolvimento.” (McCORMICK, 1992:100).

Em síntese, a reunião de Estocolmo representou uma ruptura em relação à compreensão tradicional da problemática ecológica. A partir dela, tornou-se

consensual a idéia de que seria até ingênuo pensar em meio ambiente dissociado dos fatores humanos. Pascal Acot, em um amplo histórico da ecologia, resume a significação daquela conferência. Tratava-se ali, como de fato aconteceu,

“da conveniência de se fazer um esforço de organização do território (humano), em função das necessidades de realização dos homens, isto é, de aspirar ao domínio científico do meio ambiente, considerando a natureza como meio e não como fim em si.” (ACOT, 1990:168).

Serão as posições concernentes a essa anterioridade: primeiro os homens ou primeiro a natureza que suscitarão, a partir daí, as oposições mais radicais entre as tendências do pensamento ecológico.

Há, entretanto, um outro aspecto considerado relevante nessa reunião, que, para o tema deste trabalho, é muito importante. Nela se deu o início de uma participação mais ativa e intensa da sociedade civil na luta ecológica, por meio das ONGs que, a partir desse momento, se multiplicavam e se fortaleciam. A Conferência de Estocolmo foi para elas o começo de um novo desempenho. As ONGs ecológicas passaram a trabalhar com maior domínio das questões em geral e mais articuladamente junto aos governos e às organizações intergovernamentais. Sentiam-se fortalecidas, embora na reunião não tivessem tido participação oficial. Mas tinham podido atuar ali como força de pressão e estabelecer contatos umas com as outras. Viabilizou-se, para elas, um rumo mais definido, inclusive uma continuidade nos intercâmbios de idéias e de trabalhos.

Entre as ONGs presentes, estava a FBCN, representada por José Cândido de Carvalho, que também era membro do comissariado da UNESCO, e pelo professor Paulo Nogueira Neto, participante da entidade e, posteriormente, membro do seu Conselho Superior, no período entre 1978 e 1987.

Quanto às tentativas de uma atuação mais direta sobre as políticas ambientais, sabe-se que, a partir de Estocolmo, começou a ocorrer pressão

internacional, no sentido da adoção de medidas legislativas e criação de organismos específicos relacionados ao meio ambiente, sobre aqueles países onde essas preocupações eram avaliadas como inexistentes ou superficiais, o que era o caso do Brasil.

No País, até então, não havia mais que políticas setoriais para o meio ambiente: o Código de Águas (1934); o Código Florestal (1934), reformado em 1965; e o Código de Pesca (1967). Essas políticas setoriais eram expressão de uma compreensão fragmentária do meio ambiente, entendido como uma soma dos recursos naturais. Em virtude dos novos rumos políticos e teóricos consubstanciados nas decisões de Estocolmo, essa visão tornou-se superada.

Sem ter certeza se foi por seus efeitos, o fato é que, em 1973, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). Paulo Nogueira Neto, então presidente do Conselho Florestal do Estado de São Paulo, foi nomeado para dirigi-la.

É problemático dizer que a criação da SEMA tenha ocorrido somente como mera resposta às pressões internacionais, porque ela se situa também em consonância com a estratégia política centralizadora do Estado, nos anos 70, quando, sob o lema da integração nacional, investia-se na incrementação de órgãos centrais para planificação dos recursos nacionais.

A SEMA não chegou, entretanto, a exercer na sua área um poder em nível idêntico ao de outros órgãos congêneres, como a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), por exemplo. Mesmo porque a gestão efetiva dos recursos naturais era determinada basicamente pelos grandes projetos de desenvolvimento, atrelados à Presidência da República, via SEPLAN, e à superestrutura militar que dominava o Executivo.

Pode-se dizer que a SEMA desenvolveu sua atuação principalmente no plano normativo. Concentrou-se na montagem da legislação ambiental nacional e na definição de padrões de qualidade ambiental. Foram criados, também, parques e estações ecológicas por inspiração da SEMA, muito mais uma obra de um

grupo de idealista, liderado por Paulo Nogueira Neto, que uma estrutura burocrática governamental dotada de apoio político, de autonomia e recursos materiais. Especialmente a partir de 1975, foram formulados e promulgados vários decretos que dispunham sobre o controle e a regulamentação de recursos ambientais, que vieram a contribuir para as bases da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida em 1981, já no governo do General João Batista de Oliveira Figueiredo, por intermédio da Lei nº 6.938.

Essa lei instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), para efeito da sua implementação. Pretendia-se, com o SISNAMA, que as ações de planejamento e controle ambiental fossem articuladas nos níveis federal, estadual e municipal. O SISNAMA é composto por vários órgãos, que também abrangem os três níveis. Entre eles, há o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que foi criado como instância superior ao SISNAMA. Cabe ao CONAMA discutir diretrizes da política ambiental e definir normas e padrões para o meio ambiente. É um órgão colegiado composto por várias áreas do governo e da sociedade civil. A FBCN é seu membro nato.

Concluindo as referências à Política Nacional de Meio Ambiente dos governos militares, destacam-se três pontos da Lei nº 6.938, que lhe deu origem. Eles constam da definição de seus objetivos:

- I. a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com o ecológico;
- II. a definição de áreas prioritárias de ação governamental, relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico;
- III. o estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo dos recursos ambientais.

Por meio do confronto entre os mesmos e as práticas notoriamente predatórias que caracterizaram a execução dos projetos desenvolvimentistas dos governos militares, explicitam-se as contradições maiores daqueles governos no

tocante às questões ambientais. Os fatos apontados por BRIGAGÃO (1991), aqui já referidos, são algumas das evidências concretas dessas contradições.

O primeiro dos objetivos define princípios, é abrangente e, como tal, é abstrato. O segundo e o terceiro designam exigências de origem concreta, de natureza técnico-científica. Mas a extensão e a profundidade dos desastres ecológicos que, mesmo depois dessas medidas, continuaram a ocorrer atestam que essa lei não passou de letra morta.

4.3.3. FBCN: “Anos Áureos”

Procurou-se mostrar que a FBCN, no início da década de 70, era uma entidade que procurava se consolidar institucionalmente e já era dotada de algum poder de penetração junto a órgãos do governo.

Antes de dar continuidade ao relato referente à consolidação desse processo, convém ressaltar três nomes que se destacam quando se considera a FBCN a partir da segunda metade da década de 60 até 1990: José Cândido de Mello Carvalho, Wanderbilt Duarte de Barros e Ibsem Gusmão Câmara. Dos três, só Wanderbilt participou da entidade desde o início. Foi um dos seus fundadores. Mas, José Cândido e o Alm. Ibsem revelaram-se pessoas profundamente identificadas com os propósitos da FBCN, o que se comprova por documentos históricos da entidade, em geral, e se evidenciou também por ocasião das entrevistas com eles realizadas para efeito deste trabalho. Com relação ao prof. José Cândido, são poucos os depoimentos orais, em virtude de doença que dificultava, na ocasião, suas possibilidades de comunicação oral. Mas a qualidade da sua participação sobressai em documentos da FBCN.

Um elemento que objetivamente denota o nível de atividade e expressividade de atuação das três pessoas referidas é o quadro que coloca em relação os nomes dos presidentes e seus períodos de mandato (Quadro 2).

QUADRO 2 - Presidentes da FBCN

Presidentes	Período	Profissão
Luiz Hermany Filho	1958/60	Industrial
Jerônimo Coimbra Bueno	1960/66	Engº Civil Senador
José Cândido de Mello Carvalho	1966/69 1978/81	Prof. Zoólogo do Museu Nacional
Wanderbilt Duarte de Barros	1969/72 1987/90	Engº Agrônomo Func. Público
José Piquet Carneiro	1972/74	Empresário
Alberto Resende Rocha	maio/dez/74	Advogado
Luiz Emygdio de Mello Filho	1975/78	Prof. Botânico do Museu Nacional
Ibsem Gusmão Câmara	1981/87	Almirante

FONTE: Dados da pesquisa.

Observa-se, por esse quadro, que Wanderbilt, José Cândido e Ibsem exerceram a presidência por dois períodos completos, seis anos, portanto, cada um. Assim, os três perfazem 18 anos de mandato, num período total de 23 anos, ou seja, de 1967 a 1990.

O Alm. Ibsem exerceu a direção na fase final, em dois mandatos consecutivos. Quanto aos dois outros, presidiram a FBCN, em fases alternadas. Mas, por outros elementos apresentados, pode-se verificar que elas correspondem a momentos não só de atuação mais intensa, mas também correspondem a circunstâncias mais complexas do ponto de vista político e financeiro, vividos pela FBCN.

Assim, concluindo essas observações, assinala-se, por curiosidade, que foram um agrônomo, funcionário do Ministério da Agricultura; um zoólogo, professor do Museu Nacional; e um Almirante os principais protagonistas na história da FBCN.

Wanderbilt sucedeu a José Cândido em 1969 e deu continuidade a providências administrativas, empenhando-se, desde logo, na busca de melhores instalações para a FBCN. Esta sempre estivera precariamente acomodada numa pequena sala no Museu Nacional. Foi conseguido, na Fundação Getúlio Vargas, um espaço maior e mais confortável, além de outras facilidades e recursos materiais que lhe vieram a viabilizar melhores possibilidades de funcionamento administrativo e técnico, o que, naquele momento, dada à expansão das atividades, vinha se tornando, dia a dia, mais necessário.

O grande elemento propulsor da FBCN nessa circunstância foi um entrosamento com o Estado, via Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que, como se verá, se manteve por muitos anos.

O Informativo FBCN, na edição comemorativa dos seus 20 anos, menciona efeitos desse processo de entrosamento:

“O entrosamento com órgãos governamentais diretamente interessados no problema conservacionista resulta em entendimentos de trabalho com o Conselho Federal de Cultura, Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Secretaria de Ciência e Tecnologia da Guanabara. Por sua vez, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, desejoso de ampliar as bases da política nacional de conservação dos recursos naturais, assina com a Fundação um convênio de assistência mútua... Numerosos contatos pessoais e por correspondência são feitos com várias autoridades governamentais, instituições e particulares, no país e no exterior, visando solucionar problemas nas áreas conservacionistas. Sobressai nessa atividade ampla e penosa a figura patriótica e incansável do Alm. José Luiz Belart.” (ALMIRANTE..., 1980).

Em convênio com o IBDF, foram feitos, entre outros, um levantamento e planos de manejo para implantação dos Parques Nacionais e de Reservas Biológicas. Foram ao todo 21 planos, para os dois efeitos referidos. Estudos de tal porte eram inéditos no Brasil. Entre outros, foram elaborados os Planos de Manejo dos Parques de Brasília, Tijuca, Sete Cidades, Araguaia e Monte Pascoal. Fizeram o levantamento da situação fundiária do Parque Nacional Aparados da Serra, São Joaquim e Chapada dos Veadeiros. Mediante convênio firmado em 1975 com a Providência Brasileira da Congregação da Missão dos Padres Lazaristas, foram feitos planos para a conservação de uma área de 12 mil hectares do Colégio Caraça, em Minas Gerais.

Para uma visão de conjunto dos convênios firmados pela FBCN com o Estado e outras entidades, consultar o Apêndice B.

A propósito dos planos referidos, cabe uma menção a Harold Edgard Strang, que participou da elaboração de todos eles.

Na entrevista, ao responder a uma pergunta sobre a execução dos mesmos, ele disse:

“Que eu saiba não foram executados. Pelo menos na íntegra não foram. Fiz parte de uma comissão em 1971, que percorreu todos os Parques Nacionais. Apresentamos um relatório sobre a situação dessas Unidades de Conservação. Esse relatório não teve aplicação, deu um volume razoável, mas como tudo mais ficou na gaveta.” (Entrevista com a autora).

Strang, na ocasião em que concedeu a entrevista mencionada (janeiro de 1993), já não integrava, há cinco anos, os quadros da FBCN. Entretanto, participou da entidade por cerca de 30 anos e foi um dos seus fundadores.

Fazendo uma espécie de retrospecto sobre a entidade, desde a sua criação até os anos 80, Strang ressaltou a fase dos convênios com o IBDF como a mais rica da sua história: “... A Fundação só se firmou mesmo depois que

começaram a sair os convênios com o IBDF, que trouxeram algum recurso para ela poder trabalhar.”

Sobre a forma de realização dos convênios, ele disse:

“A FBCN fazia o convênio para um determinado estudo e contratava especialistas para realizá-lo. Ela era uma espécie de intermediária. (...) O IBDF recebia os resultados dos trabalhos depois de prontos, para pôr em execução.” (Entrevista com a autora).

Durante a realização desses estudos, segundo conclui Strang, não havia ingerência do IBDF, mas “mantinha-se contato”.

O relacionamento da FBCN com o Estado, via convênio, é sempre referido, quer em documentos escritos, quer em entrevistas, com algo tranqüilo, legítimo, isento de conflitos, como também a justificativa é sempre a reciprocidade de interesses. Isso, sem exceção, em todos os pronunciamentos orais dos principais responsáveis pela entidade em estudo.

Dificuldades administrativas do IBDF são reiteradamente frisadas como explicação para o seu interesse nos convênios. Um exemplo disso está no depoimento, a seguir, do Alm. Ibsem Gusmão:

“Houve um período em que a FBCN trabalhou muito em convênio com o antigo IBDF. Havia interesse de parte a parte. O IBDF, com dificuldades administrativas que nós todos conhecemos, não podia fazer uso de determinadas verbas, e a FBCN precisava de recursos. Faziam-se os convênios, a FBCN recebia os recursos que o IBDF não podia aplicar diretamente. Esse foi um período áureo da FBCN, porque foram recursos relativamente vultosos, a FBCN fez muita coisa neste período... No final da década de 1970 até o começo da de 1980.” (Entrevista com a autora).

Quanto a esses recursos, na entrevista com Strang, ao frisar esse ponto, ele concordou que de fato eles eram vultosos, mas contrapôs que “o trabalho era grande”.

Do entrosamento da FBCN com o IBDF, continuaram a resultar outras múltiplas possibilidades de convênios e entendimentos de trabalhos, também com outros órgãos do governo.

Um sinal da sintonia que reinava entre as duas entidades é a participação do IBDF em um Simpósio sobre a Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural do Homem, promovido e organizado pela Academia Brasileira de Ciências e pela FBCN, no Rio de Janeiro, entre o dia 26 e 31 de outubro de 1968, e segundo o Boletim FBCN da época, esse simpósio teria cumprido seus objetivos. Mas isso é questionável, como se pode perceber pelas alegações que se seguem. Como se pode verificar pelo trecho citado a seguir, os temas denotam preocupações condizentes com aquelas que vinham sendo priorizadas internacionalmente desde a Conferência da Biosfera, em 1968. O boletim destaca, dos objetivos do simpósio, os seguintes pontos:

“Definição de áreas de ação e a definição de meios capazes de permitir uma coordenação multidisciplinar e multi-institucional para aproveitamento racional dos recursos naturais, assegurando sua renovação para as próximas gerações.” (SIMPÓSIO ..., 1969).

Mas não há sinais, entretanto, de que a atualização que as discussões do simpósio permitiram esperar tenha ocorrido. Ao contrário, ação e teoria da FBCN permaneceram absolutamente idênticas ao que haviam sido no seu momento inicial. Se, nesse período, houve diferenças, estas teriam sido relativas à atitude da entidade do ponto de vista das preocupações com os danos ao meio ambiente, determinados pelo crescente ímpeto desenvolvimentista da época. Em 1958, como já foi mencionado, essas preocupações tinham sido decisivas para a

própria criação da entidade. Daí em diante, nada mudou nesse particular. Ao contrário, sabe-se até que as tecnologias desenvolvidas entre os anos 50 e 70 multiplicaram as possibilidades de intervenções antrópicas de conseqüências arrasadoras para o meio ambiente. O fato é que verificam-se, no período dos governos militares, iniciativas como: o acordo nuclear Brasil-Alemanha, o incentivo ao uso de agrotóxicos e pesticidas etc. Não há dúvida de que, nessas circunstâncias, em que os militares no poder insistiam no binômio segurança e desenvolvimento, se justificariam as preocupações maiores com a questão ambiental, que seriam muito mais justificadas quando da criação da FBCN, que as provocadas pelo desenvolvimentismo de JK. Mas do ponto de vista de manifestações da FBCN, relativas ao assunto, foram encontradas apenas breves referências a iniciativas como as Usinas Hidrelétricas de Balbina e Tucuruí, nos Informativos FBCN, que são o porta-voz da entidade.

Entretanto, deve-se mencionar que, embora sem resultados, houve uma tentativa da FBCN de intervir junto ao governo, no sentido de criação de uma política ambiental. Isto ocorreu em 1971, quando a entidade tomou a iniciativa da elaboração de uma Proposta de uma Política para o Meio Ambiente, a ser submetida ao Presidente Médici.

O documento foi entregue ao Presidente, em 12 de novembro de 1970.

Na entrevista concedida para efeito deste trabalho, Wanderbilt fez um relato desse encontro com o Gen. Médici:

“Nós tivemos uma audiência. Havia um almirante, na 'revolução', muito interessado na natureza, o vice-presidente Radmaker. Ele se envolveu, mas como era vice-presidente não tinha poder para fazer nada. Quem fazia era o Médici. Radmaker nos arranhou uma entrevista com ele... Fomos para essa audiência eu, o prof. José Cândido de Carvalho e o Dr. Simões Lopes. Levamos um documento exaustivo, muito importante, que infelizmente não foi publicado. Nós fizemos uma avaliação das coisas sobre a natureza no Brasil... Na audiência, cada um falou um pedaço. Ele não disse uma palavra, sentado estava, sentado

ficou, serviu-nos um cafezinho. A entrevista durou 24 minutos. Entrou um oficial com um papelzinho e disse: acabou o tempo. Ele disse apenas no final: 'vou encaminhar para minha assessoria'. Ele não tinha assessoria. Nós é que estávamos pedindo uma assessoria. Quando chegou à porta, virou-se e falou: 'é verdade que o peixe-boi está acabando na Amazônia?' Eu disse: 'corre esta versão, mas quem pode falar sobre esse assunto é o prof. José Cândido.' Este respondeu: 'É verdade'. Fomos embora." (Wanderbilt Duarte de Barros: Entrevista com a autora).

Do Boletim FBCN consta a íntegra dessa proposta, que aqui será transcrita, tal como se encontra no referido documento:

- “1. Propõe a implantação de uma Política Nacional de Conservação;
2. Criação de uma Comissão Nacional de alto nível para assuntos de Conservação da Natureza, a ser instituída no âmbito do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, subordinada à presidência da República e com a incumbência de elaborar projeto visando à formulação de diretrizes da Política Nacional de Conservação da Natureza e de seus Recursos;
3. Poderiam constituir a Comissão: 1) CNPq; 2) IBDF; 3) Academia Brasileira de Ciências; 4) FBCN; 5) Estado Maior das Forças Armadas; 6) Museu Nacional; 7) três cidadãos de conhecida competência e que tenham prestado serviço de real valor à conservação da natureza;
4. Participação das Forças Armadas ativa e permanentemente, no sentido de assegurar integral cumprimento à execução da legislação conservacionista constante no Código Florestal, na Lei de defesa da fauna e da proteção à pesca. Todas, leis emanadas do governo revolucionário;
5. Determinação dos Ministérios Civis para que façam cumprir no âmbito de seus cargos, medidas que visem impedir a devastação indiscriminada que vem incidindo sobre os recursos naturais, especialmente na flora, na fauna terrestre e fluvial, bem como nos solos e águas, de maneira generalizada;
6. Finalmente, encarem o sentido altamente cívico que viriam do patrocínio de Vossa excelência no lançamento de uma campanha de caráter nacional, objetivando a Conservação dos Recursos Naturais no país, proclamando as diretrizes da melhor maneira de usar tais recursos, utilizando-os ao máximo e visando sua renovação, por tempo indefinido em benefício da segurança do

desenvolvimento e da prosperidade do Brasil.” (MEMORIAL..., 1971).

A iniciativa foi um malogro total. Do “Plano” apresentado, nada resultou, mas também não teve conseqüências negativas nas relações entre a FBCN e o Estado. Tudo continuou na mesma.

Mas convém acentuar que no tocante à autonomia da FBCN ante o Estado, era constantemente frisado que, em nenhum momento, ela fora afetada. O que de fato, talvez, nem constituísse problema, em razão da ausência de conflitos do ponto de vista teórico e político entre as duas partes.

As perspectivas ecológicas da FBCN deveriam mesmo conciliar-se, sem conflito, com as perspectivas, os objetivos e os métodos do IBDF.

Mas a propósito desse entrosamento entre a FBCN e o Estado, há ainda mais alguns pontos a considerar.

Da parte da FBCN, a busca do entrosamento com entidades governamentais é justificada, principalmente, por motivos de ordem financeira.

“A FBCN, como todas as organizações conservacionistas, tem um enorme problema, que é a falta de recursos... Para gerá-los, as maneiras têm sido as mais variadas. Houve um período em que nós trabalhamos com o IBDF, havia interesse de parte a parte.” (Alm. Ibsem Gusmão: entrevista com a autora).

Esse depoimento (de 1993) reitera outras afirmações no mesmo sentido, feitas não só na mesma época da declaração citada, mas em outros documentos escritos da FBCN, de diferentes datas.

O caráter autoritário do regime político então vigente não atuava, ao que parece, como um fator complicador. As arbitrariedades governamentais nunca foram referidas. Ao contrário, vieram à tona, em pronunciamento do Almirante Ibsem, avaliadas como vantagens para a eficácia dos trabalhos, resultantes da centralização do poder nos governos militares:

“A FBCN não sofreu nada com o regime militar. Pelo contrário, os trabalhos que ela fez para o IBDF surtiram efeito porque as decisões eram mais rápidas. Certas ou erradas.” (Entrevista com a autora).

E o Almirante Ibsem, em outro momento:

“A idéia era que a FBCN pudesse cooperar, sempre que isso fosse possível, quando a proposta estivesse de acordo com suas próprias finalidades, mas sem nunca perder o direito de crítica. Ou seja, a FBCN em momento algum ficou subordinada, ficou amarrada ao governo. Ela cooperava com o governo, recebia recursos, fazia coisas que ela queria e nós também achávamos que era necessário, mas nunca houve uma dependência da FBCN em relação ao governo. Houve sim, uma certa dependência financeira, porque num certo período a FBCN dependia em grande parte do percentual que recebia para executar esses serviços. O grande problema de todas as organizações é ter recursos para funcionar. E no tempo em que houve esse grande número de projetos com o governo, evidentemente a grande fonte de recursos era o que ela cobrava para executar esses projetos.” (Entrevista com a autora).

Pelo Apêndice B, a julgar pelos títulos dos projetos dos convênios efetuados, pode-se aferir, de algum modo, que esses efetivamente se enquadravam nos propósitos básicos da FBCN, ou seja, proteção ou conservação da natureza, estritamente considerada.

No ano de 1972, finda o prazo da gestão Wanderbilt, e assume a presidência o empresário José Piquet Carneiro (1972/1974), que sempre se mostrara ligado às causas conservacionistas. Sua gestão se pautou pelo incentivo à participação em eventos nacionais e internacionais. Seu mandato não pôde ser concluído, por motivo de saúde, e foi completado a poucos meses do seu término pelo diretor executivo, o Dr. Alberto Rezende Rocha. Mas a sucessão dos presidentes não provocou nenhuma mudança essencial nas relações da FBCN com o governo.

Em 1974, portanto ainda nessa gestão, foi celebrado o convênio entre a FBCN e a Secretaria Especial de Meio Ambiente, para a realização de estudos

preliminares para implantação de Estações Ecológicas. Desses estudos, resultou a criação da primeira Estação Ecológica, no então Território de Roraima. Foram também acelerados os projetos das estações do Raso de Santa Catarina, na Bahia, e a de Taim, no Rio Grande do Sul.

Em 1975, o professor Luiz Emygdio de Mello Filho assumiu a presidência.

Como se pôde aferir no estudo, a situação da FBCN continuava florescente. A ligação com o IBDF persistia intensa e estreitamente com o IBDF. Luiz Emygdio sintetiza suas contribuições para a entidade, relacionando-as às possibilidades financeiras abertas pelos convênios. Em seu comentário sobre a sua gestão, ele destaca a compra de uma casa para sede da FBCN:

“A FBCN tinha um “overhead” que permitiu que fizéssemos publicações e até a compra de uma sede. Nós fizemos vários encontros sobre caça amadorística, publicaram-se boletins, realizamos o plano de manejo de uma série de Parques” (Entrevista com a autora).

A relação completa e as entidades que financiaram as publicações referidas por Luiz Emygdio encontram-se no Apêndice D.

As dificuldades de ordem, principalmente, financeiras, contudo, interromperam a chamada fase áurea da FBCN. As dificuldades que sobreviram constituirão o tema do próximo item deste capítulo.

4.4. *A FBCN em Face dos Novos Desafios: 1985/1990*

4.4.1. *Circunstâncias Políticas*

Em 1985, o mandato do General Figueiredo chegava ao fim. Dos governos militares, restava como herança uma dívida externa de aproximadamente 95 bilhões de dólares, que, segundo SKIDMORE (1989), seria

a maior do mundo. Resultava, em grande parte, de empréstimos contraídos no exterior, para financiamento dos grandes projetos, que caracterizaram esse período. Restava, também, uma inflação que atingia, então, a taxa recorde de 222% ao ano.

Do ponto de vista político, havia duas opções que se contrapunham para a transição de governo: a manutenção das eleições indiretas, que se realizaram por meio do Colégio Eleitoral, ou das eleições livres e diretas. Triunfou a primeira opção, a das eleições indiretas, apesar da ampla campanha popular, conhecida como o movimento das Diretas-já.

Embora vitoriosa a transição por via indireta, o candidato Paulo Maluf, apoiado pelos militares e por segmentos da sociedade que apoiavam o regime, foi derrotado por Tancredo Neves, eleito por uma aliança liberal, chamada Aliança Democrática.

SALLUM e KUGELMAS (1993:292), em uma análise sobre esses fatos, consideram

“que a eleição presidencial indireta também teve funções inovadoras. Na medida em que o presidente da República não conseguiu obter ou impor consenso entre as forças políticas do regime, e os militares recuaram para os bastidores, fazendo da preservação da legalidade autoritária o bastão de sua unidade, os políticos profissionais - nos partidos, no Congresso Nacional e nos governos estaduais - viram-se com um poder que jamais haviam experimentado anteriormente.”

Tancredo Neves não chegou a tomar posse, em razão de seu falecimento, e quem assume, vitoriosas as regras democráticas, foi o seu vice, o historicamente conservador José Sarney. Antigo militante da UDN e posteriormente do Partido Democrático Social (PDS), foi escolhido para compor a chapa, não só porque se opunha à estratégia política dos militares, naquele

momento, mas sobretudo porque, como nordestino, poderia desviar votos de Paulo Maluf naquela região.

No Brasil da Nova República, viveu-se a situação em que os espaços democráticos se ampliavam, concomitantemente a uma crise econômica nunca assistida anteriormente e que parecia resistir a todas formas de tratamento tentadas.

Ao fracasso das políticas neoliberais e dos tradicionais intervencionismos tentados anteriormente como medidas para solução da crise econômica, juntam-se repetidos insucessos dos choques heterodoxos. WEFFORT (1991) refere-se a uma crítica a essas medidas feita pelo economista David Ruccio, na qual ele toma como exemplo o Plano Cruzado, implementado em 1986, pelo governo Sarney. O economista chama a atenção para aquelas tentativas antiinflacionárias, como o congelamento dos preços, a criação de nova moeda e desvalorização da taxa de câmbio, cujos resultados imediatos foram: a queda da inflação, o reestabelecimento do crescimento econômico e a melhoria dos pagamentos externos. Mas ressalta que esses efeitos foram de curto prazo e que, num breve espaço de tempo, deu-se à volta da inflação e da recessão.

Se, no plano econômico, o País vivia uma crise sem precedentes, no plano político, a democracia começou a ser reconquistada, como já mencionado anteriormente. O direito e a liberdade de organização partidária e civil passaram a ser garantidos, assim como a liberdade de imprensa.

Nesse clima de euforia política e ainda de uma certa apreensão motivada pela insegurança quanto à estabilidade democrática, mas sobretudo de esperança, é convocada a Constituinte. Embora as facções conservadoras fosse ainda majoritárias, a Constituinte transformou-se num palco de disputa entre elas e os políticos de tendências mais progressistas.

A sociedade civil organizada procurou influenciar, o mais possível, as discussões que pautaram a reelaboração da Carta Constitucional. Entre essas, as

entidades ecológicas que, naquele tempo, haviam crescido numericamente, mas sobretudo já tinham uma atuação qualitativamente importante e procuravam influenciar as definições dos artigos relativos ao meio ambiente.

As entidades ecológicas pretendiam, do ponto de vista mais geral, que o novo texto constitucional definisse e ampliasse certos pontos que haviam ficado vagos ou com um conteúdo ainda tecnicista da questão ambiental, na Política Nacional de Meio Ambiente (1981). Esperavam que, com essas modificações, a Constituição viesse a se tornar um instrumento política e tecnicamente mais útil para o equacionamento, o controle e a resolução dos problemas ambientais.

A FBCN também procurou influenciar a nova Constituição. Seu presidente, o Alm. Ibsem Gusmão, entregou ao professor Afonso Arinos de Melo Franco, relator da Constituinte, suas sugestões. Uma observação dessas propostas revela que, se tomadas em seu conjunto, dizem respeito somente à defesa de espécies animais e vegetais, sendo embasadas, ainda, por uma visão estritamente biologicista, da problemática ambiental.

O segundo item proposto sintetiza a natureza das demais:

“Determinação de que a fauna selvagem seja propriedade da União e de que a vegetação natural constitua bem de interesse comum, com direitos de propriedade restringidos na forma que dispuser a lei federal.” (PARA..., 1986).

No entanto, a Constituição aprovada em 1988, no tocante especificamente à problemática ambiental, avançou em relação ao que foi sugerido pela FBCN, porque, de modo geral, começou a romper com as visões predominantemente conservacionistas, que acabam por desprezar a dimensão social no tratamento das questões ecológicas. A própria definição de meio ambiente é um reflexo dessa postura.

O texto constitucional atende à concepção de que: “O meio ambiente é um bem de uso comum do povo e determina ao Poder Público, bem como a toda

a população o dever de defendê-lo, preservá-lo para o presente e o futuro.” (FELDMAN, 1992:184).

A Constituição aprovada equipara-se, em muitos aspectos, às melhores do mundo, no tocante ao tratamento da questão ambiental. Esse padrão de qualidade foi conseguido num plenário majoritariamente de tendência conservadora, possivelmente por se tratar de matéria ainda desconhecida e de difícil alcance, em virtude da complexidade e da especificidade das variáveis em pauta.

FELDMAN (1992) confirma essa avaliação:

“A legislação brasileira sobre meio ambiente pode ser considerada avançada em alguns aspectos, podendo ser modernizada em vários itens, especificamente no campo penal. É importante lembrar que, pela natureza multidisciplinar, há implicância ambiental em legislação, que trata de assuntos diversos” (FELDMAN, 1992:187).

Foi aprovado o texto constitucional, mas não foram criadas condições necessárias para que fossem cumpridas as suas determinações.

Em síntese, o fato de a Constituição ter sido concluída em um ambiente político democrático é um dos indicadores de que, na segunda metade dos anos 80, convivía-se com a democracia, apesar de uma crise econômica de proporções inéditas.

A FBCN, nesse período, passa a conviver, por um lado, com essa conjuntura econômica de crise, e por outro, com o crescimento quantitativo e qualitativo do movimento ecológico. Na confluência desses dois fenômenos, situam-se os desafios que a ela se impõem naquele momento. São esses desafios o cerne do item que se segue.

4.4.2. *Os Desafios da FBCN*

Nesta parte, serão apresentados e discutidos os novos desafios com que a FBCN se depara na segunda metade dos anos 80 até 1990, período que marca o final da fase considerada nesse estudo.

Serão considerados os aspectos referentes ao escasseamento dos recursos, buscando relacionar as diferentes ordens de motivos que concorreram para que a FBCN chegasse a uma situação de crise inusitada. Para tanto, este item compõe-se de duas partes: a primeira trata dos convênios; a outra refere-se às conseqüências do crescimento do movimento ecológico para a FBCN.

4.4.2.1. *Os Convênios Escasseiam*

Na segunda metade dos anos 80, a FBCN foi duramente atingida por uma crise que, em parte, foi ocasionada pela situação econômica do País. O Estado retraiu-se, e diminuiu consideravelmente o número de convênios com a entidade em questão.

Em 1984, quando se encontrava na presidência da FBCN o Alm. Ibsem Gusmão Câmara, iniciou-se um maior relacionamento da FBCN com entidades ecológicas internacionais, em razão, principalmente, da redução dos convênios com o Estado.

Entre essas organizações, a que mais se destacou foi a World Wildlife Fund (WWF), Fundo Mundial para Vida Selvagem, que é considerada uma das mais importantes entidades mundiais de financiamento (Apêndice B, os projetos desenvolvidos).

O Alm. Ibsem comenta esse período:

“Houve um período que se acentuou na década de 80, em que organizações estrangeiras começaram a trabalhar

juntamente com a FBCN. Inicialmente foi a WWF, depois outras começaram a participar e até hoje o fazem. Nós chegamos a ter, por volta de 86, mais de 40 projetos com recursos do exterior. Foi uma época muito rica, em que havia recursos. Nesta época, os recursos governamentais no Brasil já eram bastante escassos.” (Entrevista com a autora).

Os trabalhos desenvolvidos com essas entidades tinham a mesma natureza dos realizados com organismos governamentais, ou seja, eram essencialmente destinados à recuperação de espécies animais ameaçadas de extinção, como o mico-leão-dourado; ao manejo de Parques Nacionais; etc. Tinham, portanto, um caráter essencialmente biologicista. Observa-se, no Apêndice B, que há uma linha de continuidade nos objetivos entre esses e os demais trabalhos desenvolvidos com o Estado.

Outro aspecto a ser considerado nesses convênios com entidades internacionais, em projetos ambientais, é a forma como são definidas a competência e a responsabilidade das partes no seu desenvolvimento.

O Alm. Ibsem Gusmão comenta sobre essa relação, do ponto de vista das interferências das entidades internacionais.

“O grau de interferência das organizações estrangeiras dependia do projeto. Em alguns, a iniciativa era nossa, outros vinham praticamente prontos e o papel da FBCN era aceitar participar ou não. De um modo geral, aceitávamos porque os projetos eram de interesse da conservação. Outros não tinham interesse tão grande, mas como não iam de encontro aos objetivos da FBCN, não havia razão para rejeitá-los. Pouquíssimos projetos foram rejeitados, e a vantagem é que nós estávamos participando de projetos, estávamos conhecendo os resultados e tínhamos algum lucro financeiro, porque sempre havia uma taxa de administração.” (Entrevista com a autora).

O Alm. Ibsem Gusmão, em sua fala, informa que havia dois tipos de contrato. Por um deles, o projeto era elaborado pela entidade estrangeira; a

FBCN somente participava da execução e recebia por isso uma "taxa de administração". Pela segunda forma, o projeto era proposto pela FBCN. Não foi possível esclarecer se na execução desse tipo de projeto a FBCN era autônoma na condução dos trabalhos, ou se a entidade estrangeira contratante interferia no processo.

O outro ponto importante assinalado pelo Alm. Ibsem foi a respeito da possibilidade que havia de se conhecer os resultados dos trabalhos que eram propostos e coordenados pelas entidades estrangeiras. Sem dúvida, a participação da FBCN garantia o conhecimento de tecnologias e metodologias de trabalho desenvolvidos no exterior, assim como o dos seus resultados. Isso evidentemente contribuía para o aprimoramento dos técnicos brasileiros envolvidos, resultando num crescimento do patrimônio científico brasileiro, um subproduto importante destas ligações da FBCN com entidades ecológicas estrangeiras.

O Alm. Ibsem Gusmão, em outro momento do seu depoimento, revela preocupação com a dependência em relação às organizações estrangeiras:

"Houve um período que se acentuou na década de 80. Organizações estrangeiras começaram a trabalhar juntamente com a FBCN. Inicialmente foi a WWF (...). Nós chegamos a ter por volta de 1986 mais de 50 projetos com recursos do exterior. Isso nos deixava numa situação incômoda, porque ficamos muito dependentes." (Entrevista com a autora).

Mas esses projetos com organizações internacionais foram se escasseando a partir de 1987, o que deixou a FBCN em uma situação muito delicada, do ponto de vista de sua sobrevivência. Em 1988, ela passou a viver uma crise que beirava o caos, porque os motivos mencionados foram agravados por problemas administrativos decorrentes de um convênio com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro/IBDF, assinado nesse mesmo ano.

Desde 1987, Wanderbilt Duarte de Barros ocupava a presidência da entidade.

Ele fala desse momento, procurando explicá-lo:

“Os convênios desapareceram todos, nós tínhamos só o do Jardim Botânico RJ/IBDF. Mas houve muitos problemas com ele, as questões trabalhistas existiram, e existem até agora porque o convênio foi mal trabalhado. (...) Nós recebíamos o dinheiro da instituição, mas não tínhamos o direito de indicar funcionários, quem o fazia era o diretor do Jardim Botânico (RJ). No contrato foi dito que a responsabilidade das questões trabalhistas e sociais eram do governo, mas a fundação era quem de fato os empregava e passou a ser responsável. Foi um lastimável equívoco. O diretor do Jardim Botânico admitia, depois dispensava e readmitia, criou uma bagunça.” (Entrevista com a autora).

As declarações de Wanderbilt Duarte de Barros esclarecem alguns pontos relativos à crise vivenciada, no que diz respeito ao convênio com o Jardim Botânico/IBDF. Observa-se que a FBCN, quando escasseiam-se os convênios com o Estado, tem sua sobrevivência ameaçada. Esta situação revela o quanto a FBCN era dependente das oscilações e dos humores das políticas estatais e da capacidade de seus dirigentes de obter recursos das organizações governamentais. As eventuais crises econômicas e administrativas da FBCN, em boa medida, estavam enraizadas no padrão de relacionamento com os aparelhos de Estado.

Uma das consequências da dependência nesse caso foi que o mecanismo de triangulação de verbas, já anteriormente referido, envolveu a entidade em problemas de ordem administrativa e financeira, como fica claro no último depoimento citado de Wanderbilt. A FBCN é quem contratava profissionais, escolhidos e gerenciados pelo presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em suma, foi utilizada como instrumento do Estado, para solucionar problemas para contratação de pessoal para o Jardim Botânico.

Ainda com relação a esse fato, não foram conseguidas outras informações. Em geral, os entrevistados evitaram o assunto, e os arquivos, como já foi frisado anteriormente, estavam em desordem, e pouco puderam revelar em consequência disto. Mas, de alguma forma, o depoimento de Wanderbilt, ao declarar que "o convênio foi mal trabalhado", é bastante revelador.

O vice-presidente da FBCN Alceu Magnanini concluiu a gestão 1987/1990, em virtude do afastamento de Wanderbilt, que assumiu a direção do Jardim Botânico. A FBCN ainda vivia o processo de crise. Os anos que se seguem, provavelmente, foram cruciais para a sobrevivência da entidade. Captar as mudanças ocorridas no interior do movimento ecológico e o papel desempenhado pelas ONGs ecológicas na atualidade foi decisivo para que a FBCN encontrasse novas perspectivas de mobilização dos associados, de recursos de adequação do seu discurso e de suas práticas concretas na sociedade.

4.4.2.2. A Concorrência com as ONGs

Foram comentadas, na primeira parte deste item, as dificuldades em que a FBCN se viu colocada ante a retratação nos financiamentos do Estado. Aqui se focalizará sua perplexidade em face da concorrência de outras ONGs, que já eram então numerosas, na disputa dos recursos. Como o fazia a própria FBCN, as demais ONGs também buscavam recursos tanto em entidades financiadoras internacionais como no próprio Estado.

Interpreta-se como efeito de uma certa perplexidade o tipo de reação a essa concorrência, manifestada nas entrevistas.

Os comentários nesse sentido foram, em geral, lacônicos e genéricos. Mas neles, chamou particularmente a atenção o fato de que a ampliação do número de organizações ecológicas no Brasil não parecia gerar satisfação.

Entretanto, essa ampliação poderia vir a contribuir para a expansão da consciência ecológica, tanto por parte da população como dos governos, com efeitos concretos na melhoria dos padrões ambientais brasileiros.

Ao contrário até, o fator que, espontaneamente, emergiu nos comentários sobre o assunto, por parte de Ibsem e de Wanderbilt, foi o agravamento das dificuldades oriundas da concorrência relativa aos recursos financeiros, eventualmente disponíveis para a área, tanto no Brasil como no exterior. Além das duas pessoas citadas, esse assunto foi abordado também na entrevista com Strang, que, como antes foi mencionado, já não pertencia aos quadros da FBCN. Era, portanto, um olhar mais distante.

Ele realçou aspectos positivos a respeito do aumento numérico das ONGs:

“Eu acho que é positivo, porque cada uma tem sua característica própria, há os que vão para rua com cartazes, outros escrevem mais em jornais, há as estaduais, que procuram estimular o trabalho nos próprios estados. Eu acho que é positivo esse movimento, porque tudo o que se possa fazer no sentido de despertar para a necessidade de conservação é positivo. Muitos são apaixonados, têm uma visão distorcida do problema, mas alguma coisa fica.” (Harold Edgard Strang: entrevista com a autora).

O Alm. Ibsem situa seu depoimento num contexto de referências às dificuldades que enfrentavam naquele momento:

“(…) Depois houve outro fator que foi a proliferação de ONGs conservacionistas. É verdade que na maioria muito pobres, sem uma diretriz firme, com muita gente querendo fazer alguma coisa e sem saber o que. Mas na verdade, existe hoje em dia pelo menos uma meia dúzia de organizações suficientemente fortes e bem embasadas com pessoal capacitado para fazer o que a FBCN fazia. Há então uma certa concorrência entre essas organizações. Não digo que é bom ou mal, mas há uma divisão dos recursos.” (Entrevista com a autora).

A propósito da expressão "ONGs conservacionistas", no trecho citado, esclarece-se que a designação é usada sempre pelo Almirante Ibsem num sentido genérico, isto é, aplicável às diferentes correntes ecológicas.

Wanderbilt acrescenta pormenores relativos a algumas organizações mais poderosas, salientando facilidades ou condições que as favoreciam na obtenção de recursos:

"Eles entraram competindo de uma maneira forte. Até então a fundação estava sozinha no processo, passaram a fazer uma competição muito ativa, com recursos que a FBCN não tinha, para mandar gente à Brasília. Por exemplo, a SOS Mata Atlântica é uma entidade rica (...), ela tem um aspecto diferente do nosso, ela é restritiva, ela pega só a Mata Atlântica do Estado de São Paulo, é limitada geograficamente. A FUNATURA é mais na área de Brasília, onde Maria Tereza Jorge Pádua (ex-diretora do IBAMA) tem influência muito grande dentro dos remanescentes do IBDF, que concorrem de uma ou outra maneira para estimular e dar apreço à FUNATURA. Além disso, o êxito de algumas delas, exceto a SOS, está ligado à participação, em algum momento, de pessoas que dirigiram o IBAMA e o IBDF, e que, mesmo tendo saído desses órgãos, são sempre prestigiados por isso." (Entrevista com a autora).

As considerações feitas, como se pode notar, atêm-se, em geral, a aspectos muito superficiais, que apontam para fatores que, acidentalmente, favoreciam as demais entidades. No caso da FUNATURA, por exemplo, aponta para o protecionismo decorrente de relações pessoais. Apenas em relação à SOS Mata Atlântica, é mencionada uma especificidade que diz respeito à própria natureza da entidade. Mas, mesmo nesse caso, a observação não é aprofundada e, portanto, nada elucida em relação às razões mais profundas ou essenciais que permitissem discernir eventuais explicações para o maior sucesso de algumas ONGs, em relação a outras, e particularmente em relação à FBCN.

Numa visão geral dos depoimentos, predomina a impressão dessa extrema superficialidade. Também chama a atenção, nesse mesmo plano de considerações sobre a concorrência, a ausência de qualquer autocrítica, de qualquer autoquestionamento sobre eventuais razões de ordem interna à própria FBCN que pudessem estar contribuindo não só para agravar as suas dificuldades financeiras, mas, também, gerando um certo isolamento das demais ONGs recém-surgidas.

Por exemplo, não estaria a FBCN sendo vítima de um certo anacronismo teórico-prático?

O Alm. Ibsem, quando questionado a respeito das mudanças no enfoque dos trabalhos da FBCN, que inicialmente se centrava na recuperação das espécies consideradas isoladamente e que, posteriormente, passou a considerar o ecossistema, responde:

“Isto foi mais ou menos uma evolução das coisas no mundo, porque de fato, no começo havia muita preocupação com as espécies, que são chamadas de bandeira, e que portanto, merecem uma atenção específica. Podemos citar o caso do elefante africano e do mico-leão-dourado. Na medida que o mundo foi compreendendo que não adianta proteger uma espécie se não proteger todo o ecossistema em que ela vive, a coisa começou a mudar um pouco, e o enfoque maior passou a ser dado ao ecossistema. Agora há uma preocupação muito grande não só com o ecossistema protegido, mas também com as influências antrópicas com relação àquele ecossistema. Na medida que começaram a ser desenvolvidos estudos sobre a dinâmica das populações, estudos de genética, chegou-se à conclusão assustadora de que a maioria ou quase totalidade das reservas no mundo não tem condições, por um prazo ilimitado, de proteger as espécies que vivem nela. Ou seja, há uma perda gradativa, porque essas áreas são muito pequenas para que, de fato, o ecossistema se mantenha íntegro. Hoje em dia, a preocupação é de como fazer o manejo. A idéia predominante é que se estabeleçam regras e se estude como fazer manejo das espécies, para ajudar a natureza a sobreviver.” (Entrevista com a autora).

Nessas considerações, observa-se um certo avanço, em relação às épocas anteriores, mas em moldes compatíveis com a postura naturalista-tecnicista, dominante desde a fundação da FBCN. Está implícita, ainda nessa passagem citada, uma visão da natureza que não integra o homem, que o concebe como uma entidade à parte. Nesse caso, as considerações sobre as influências antrópicas incluídas nas observações do Alm. Ibsem significam apenas a reiteração da antiga idéia da necessidade de práticas adequadas de manejo.

Concluindo esses comentários, incluem-se aqui algumas observações cujas bases situam-se, em parte, nas últimas declarações do Alm. Ibsem, aqui citadas, como também num conjunto dos referenciais que se conseguiu acumular para efeito deste trabalho.

Essas observações levaram a uma tentativa de interpretação globalizante da FBCN, como uma ONG conservacionista que convive com outras ONGs, conservacionistas ou não.

A suposição, a partir das análises aqui efetuadas, é de que a FBCN não integrou, em sua plenitude, as conseqüências ou os postulados teórico-práticos das renovações dos anos 70, que marcaram a ecologia em geral e, sobretudo, aquelas tendências que, como o Conservacionismo, estão em sintonia com a ideologia desenvolvimentista.

É o que sugerem tanto a especificidade e o caráter geral das suas iniciativas e projetos, como os seus pronunciamentos, nos quais até certos conceitos ecológicos, correlatos à década de 70, ou são raramente utilizados, ou usados de forma restritiva. No caso da categoria meio ambiente, especialmente importante na medida em que ela inclui a referência à dimensão social, pode-se perceber que ela nem uma vez aparece mencionada pelos responsáveis pela FBCN, em todo este trabalho.

Sobre a maneira corrente de utilização desse último conceito, cita-se, a seguir, a sua aceção tal como foi estabelecida, em 1975, na Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, em Tibilisi, na Geórgia-EUA:

“O meio ambiente não é só o meio físico e biológico, mas também o meio sócio-cultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem.”
(ROCHA et al., 1992:84).

COMUNI (1994: 4) cita Dumont, para definir o meio ambiente como "um ecossistema visto da perspectiva auto-ecológica da espécie humana".

Citando essa conceituação, COMUNI (1994: 47) observa:

“O meio ambiente está ligado não somente aos diversos fenômenos de poluição existentes na sociedade industrial e à conservação dos recursos naturais que o definem num sentido restrito, mas também aos aspectos sociais, não comparáveis aos aspectos físicos e biológicos, que impõem um tratamento diferenciado e ampliado da questão.”

Deu-se destaque ao conceito de meio ambiente, com o objetivo de deixar claro a sua relevância na ecologia contemporânea.

Um outro aspecto que estabelece marcos diferenciadores entre posturas ecológicas mais recentes e aquelas reveladas pelos últimos pronunciamentos do Alm. Ibsem, aqui transcritos, diz respeito à superação da categoria homem, muito vaga e abstrata, por outras categorias sociais bem abrangentes. Considera-se, hoje, que embora homens, e não o homem, sejam responsáveis no processo histórico, trata-se, mais concretamente, de modelos de desenvolvimento de interesses econômicos e de classe. Nesse sentido, vale citar Sirkis que, no apêndice do livro de McCORMICK (1992: 218), comenta:

“Numa visão mais concreta, a culpa não cabe à humanidade como um todo mas a modelos de desenvolvimento, interesses econômicos, opções políticas e agentes bem

identificados, passíveis de responsabilização. A poluição e a devastação têm endereço, são pessoas jurídicas, e sua possibilidade de continuar agredindo o meio ambiente ou seu recuo é a resultante de um confronto que se dá no terreno político.”

O mesmo autor acrescenta que uma revisão das bases filosóficas e conceituais, bem como as próprias práticas das ONGs tomadas em seu conjunto, é necessária. Principalmente porque a perspectiva ecológica, na década de 90, vai além dos simples protestos que marcaram os anos 70 e 80. Além de denúncias de atividades agressoras ao meio ambiente e da elaboração de melhores leis, de delimitação de áreas de preservação, da conservação de espécies ameaçadas, o movimento é chamado, cada vez mais, a colocar em prática e implementar projetos, soluções, tecnologias alternativas em áreas como energia, transporte, saneamento, saúde, educação, habitação etc. Será preciso aprender a combinar e harmonizar níveis diferentes de atuação. Como organizações civis, as ONGs devem se articular em vários níveis. No plano político, com parlamentares e com outras organizações civis. Devem procurar inserir-se na mídia, no Estado e na iniciativa privada.

Conforme se vem procurando frisar nessas últimas considerações, a interpretação conclusiva do presente estudo é que a FBCN tornou-se uma entidade historicamente anacrônica.

Sobre os motivos desse anacronismo, podem caber diferentes análises e interpretações. No caso deste estudo, foi privilegiado o enfoque sobre a sua postura teórico-ideológica.

Mas considera-se que desse ponto de vista, são superáveis as dificuldades vividas pela FBCN. Por exemplo, observa-se que o conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo aceito e assumido por diferentes posições que convivem no interior do movimento ecológico.

Há certamente distintas interpretações, como se procura mostrar na conclusão, mas em todos há o reconhecimento da importância das dimensões sociais no tratamento das questões ambientais.

E é inegável que a FBCN continua tendo ainda expressão histórica, como se pode avaliar pelas afirmações a seguir.

Quanto à FBCN, considera-se que ela vem atravessando um período difícil. Mas, segundo informações da própria entidade, ela possui cerca de 3.500 filiados, em todos os Estados da Federação. São, em grande parte, profissionais de áreas relacionadas à questão ambiental e estudantes. Tem, portanto, o mesmo perfil social dos dirigentes da entidade. A permanência desses filiados, de certa forma, atesta que a entidade goza, ainda, de representatividade social.

Além disso, a FBCN, como em geral é reconhecido, tem capacidade técnica, acervo científico e história para poder reconquistar o seu lugar dentro do movimento ecológico.

5. CONCLUSÃO

Nos capítulos precedentes deste trabalho, foi comentado que a natureza e a gravidade da problemática relacionada às questões ambientais, tais como se evidenciam atualmente, têm promovido avanços nas discussões e iniciativas de caráter ecológico.

Neste capítulo, serão explicitadas as implicações epistemológicas desses avanços, a partir da importância que o conceito de desenvolvimento sustentado assumiu nos últimos anos.

Nas análises sobre a FBCN, em vários momentos, foi ressaltado que chamava a atenção um certo indiferentismo dessa entidade em face das transformações e novas exigências teóricas que emergiam da expansão do movimento ecológico. A propósito, mencionou-se particularmente o conceito de desenvolvimento sustentado, em razão das polêmicas que o mesmo suscitou logo ao seu surgimento.

Foi comentado que não se conseguia encontrar evidências que caracterizassem mudanças em suas posições teórico-práticas, correlacionáveis às transformações que se processavam em nível internacional, na área ecológica.

Desse modo, nessas conclusões, por meio de considerações a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável, pretende-se deixar claro a incompatibilidade dos postulados naturalistas-tecnicistas e as exigências dos problemas ecológicos tal como hoje se colocam.

O conceito de desenvolvimento sustentável, lançado em Estocolmo (1972), embora suscitando polêmicas e reações diferentes entre as várias correntes do movimento ecológico, conseguiu manter-se e passa por uma evolução favorável, na qual vem assumindo diferentes acepções.

Em razão do aprofundamento das próprias implicações conceituais decorrentes dessas disputas, têm ocorrido ampliações sucessivas na compreensão da problemática ecológica atual.

Seguem-se três diferentes acepções da idéia de desenvolvimento sustentável, que visam situar suas identidades e diferenças em posições representativas no movimento ecológico.

Nos termos do Relatório Brandtland, ou Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, apresentado em 1987, o desenvolvimento sustentável seria:

“Uma retomada do crescimento, alterando a qualidade do desenvolvimento a fim de torná-lo menos intensivo de matérias primas e mais equitativo para todos. Trata-se de alterar as formas de exploração da natureza de maneira a legar recursos para as gerações futuras.” (apud HERCULANO, s.d.: 12).

Para a economia ecológica, o conceito de desenvolvimento sustentável, como anteriormente mencionado, supõe exigências maiores, como desenvolvimentos e transformações no plano técnico-científico, relativos às relações homem-natureza; mas nisso está implícito que sua viabilização vincula-se, prioritariamente, a mudanças fundamentais no modo de pensar e de viver, isto

é, na postura de cada um no processo de produzir, de consumir etc. Implica revoluções na ordem das relações governos, ciências, indústria. Implica autoquestionamento das ciências com relação a muitos de seus próprios paradigmas, assim como implica exigências e desafios na conquista de uma transdisciplinaridade efetiva no enfrentamento das questões fundamentais para a sobrevivência da própria vida no planeta, que hoje não se distingue mais da sobrevivência das sociedades como um todo e de cada sociedade em particular. Implica, ainda, uma nova relação entre a teoria e a prática, nenhuma sendo caudatária em relação à outra.

Do interior do movimento ecológico, surgem propostas da corrente ambientalista, para a interpretação do "desenvolvimento sustentável". Percebe-se que essas se aproximam das formulações da nova economia ecológica, anteriormente referidas. Segue-se a definição ambientalista:

“O desenvolvimento sustentável requer a determinação de novas prioridades pela sociedade, uma recuperação do primado dos interesses sociais coletivos e uma nova ética de comportamento humano... Englobando um conjunto de mudanças-chaves na estrutura de produção e consumo, invertendo o quadro da degradação e de miséria social a partir de suas causas. (Documento Final do Seminário A Sociedade Brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.” (apud HERCULANO, s.d.: 12).

Na intenção de tornar mais nítidos os postulados do conceito de desenvolvimento sustentável na visão da economia ecológica, seguem-se algumas considerações sobre a concepção de sustentabilidade, na perspectiva de CONSTANÇA (1994). Segundo o autor, ela não implica a estagnação do ponto de vista do chamado desenvolvimento, mas pauta-se por uma diferenciação entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, concebido em termos de quantidade, não pode ser sustentado indefinidamente em um planeta finito.

Quanto ao conceito de desenvolvimento, há implicações mais sutis, como, por exemplo, os referenciais valorativos. Pois, se por desenvolvimento entende-se, como sugere o autor, uma melhoria na qualidade de vida, mesmo que sem uma correspondente ampliação do volume de recursos consumidos, há de se decidir os critérios pelos quais se definirá uma vida melhor. Do que se infere uma substancial diferença de ordem qualitativa entre um e outro conceito: o de crescimento e o de desenvolvimento.

Quer se ressaltar, por meio dessas referências, que todas as concepções de desenvolvimento sustentável apresentadas denotam a insuficiência da visão tecnicista-naturalista, demonstrada pela FBCN nos seus posicionamentos, pois de nenhum deles estão excluídas as exigências da transdisciplinaridade. E é razão da importância de dimensões políticas e sociais para o equacionamento dos problemas ambientais, como hoje se caracterizam, que essa exigência se impõe.

A FBCN, entretanto, permanece como os mesmos princípios e objetivos para os quais foi criada (Apêndice A). Não incorporou preocupações sociais, como atestam, inclusive, os objetivos expressos nos Estatutos de 1989. Como pode ser observado a seguir, esses apenas incluem vagas referências a valores, que não se refletem efetivamente em sua atuação prática:

“A FBCN tem por objetivo planejar e promover ações nacionais referentes à conservação da natureza, nela entendido o melhor uso dos seus recursos naturais, pelo maior número de pessoas e por tempo maior, inclusive a preservação de valores paisagísticos, culturais, históricos, éticos e estéticos, visando garantir o equilíbrio ambiental e o bem estar social.”

Encerrando essas considerações, assinala-se que, ao se manter tecnicista, a FBCN, gradativamente, foi perdendo as condições para participar do debate sobre a problemática ambiental do final dos anos 80, perdendo terreno

mesmo com o próprio Estado, pois este, ainda que só no plano do discurso, passa a assumir as propostas de desenvolvimento sustentável.

Essa defasagem não se refletiu apenas no plano político. A FBCN foi, ao mesmo tempo, perdendo o lugar de destaque também do ponto de vista da sua capacidade técnica, na competição com as ONGs emergentes. Algumas delas, com discursos mais atualizados, mostraram-se mais capazes de se articular para captar recursos, tanto internos quanto externos, para a realização de projetos ambientais. Como sugestão final à FBCN, vale citar Maurice Strong, que foi, em 1992, secretário geral para a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU. Em entrevista realizada em 1989, ele enfatiza, a propósito da gravidade das questões ambientais: "O que se faz necessário é uma fundamental transformação em nossa mentalidade, uma revolução na maneira como fazemos as coisas..." (apud STARKES, 1991:165).

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- A FBCN promove no Rio encontro de entidades não governamentais. *Informativo da FBCN*, Rio de Janeiro, 2(3):1-2, 1978.
- ACOT, P. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 212p.
- ACSELRAD, H. *Melo ambiente e democracia*. Rio de Janeiro, IBASE, 1993. Cap. 2: Cidadania e meio ambiente. p.14-31.
- ALENCAR, F.; RAMALHO, L.; RIBEIRO, M.V. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1985. 339p.
- ALHO, C.J.A. *A ilha da vida: uma introdução à ecologia brasileira*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1992. 160p.
- ANTUNIASI, M.H.R. *O movimento ambientalista em São Paulo*. São Paulo, USP, 1989. 53p.
- AUXÍLIOS recebidos pela FBCN durante o ano de 1967. *Boletim da FBCN*, Rio de Janeiro, 3(3): 35-39, 1968.
- BELART, L.A. *Informativo da FBCN*, Rio de Janeiro, 4(4): 2, 1980.
- BARROS, W.D. *Características do movimento social dos ONGs no Brasil*. s.n.d. 12p. (mimeo.).
- BARTELMUS, P. A contabilidade verde para o desenvolvimento sustentável. In: MAY, P.H. & MOTTA, R.S. (org.) *Valorando a natureza, análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Carapaz, 1994. Cap. 9, p. 157-175.

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, C. *Diálogo sobre ecologia ciência e política*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991. 198p.
- BOBBIO, N. *Conceitos de sociedade civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 77p.
- BRIGAGÃO, C. *Amazônia e América: diagnósticos de degradação ecológica*. In: LUIS, J.R. (org.) *Ecologia política mundial*. Rio de Janeiro, Vozes, 1991. Cap. 4, p. 20-31.
- BRUYNE, P.; HERMAN, B.; SCHOUTMEET, M. *de Dynamiques de la recherche en sciences sociales*. Paris, PUF, 1984. 338p.
- CÂMARA, L.G. *O problema ambiental? e o papel das organizações conservacionistas não governamentais do FBCN*. Rio de Janeiro, (30): 5-13, 1985.
- CAPRA, F. *Green politics: The global problem*. New York, B.P., 1984. 296p.
- CARNOY, M. *Estado e movimento político*. Campinas, Papirus, 1986. 338p.
- A FBCN promove no Rio encontro de entidades não governamentais. *Informativo da FBCN*, Rio de Janeiro, 2(3):1-2, 1978.
- ACOT, P. *História da ecologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1990. 212p.
- ACSELRAD, H. *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro, IBASE, 1992. Cap. 2: Cidadania e meio ambiente. p.18-31.
- ALENCAR, F.; RAMALHO, L.; RIBEIRO, M.V. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1985. 339p.
- ALHO, C.J.A. *A teia da vida: uma introdução à ecologia brasileira*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1992. 160p.
- ANTUNIASSI, M.H.R. *O movimento ambientalista em São Paulo*. São Paulo, USP, 1989. 53p.
- AUXÍLIOS recebidos pela FBCN durante o ano de 1967. *Boletim da FBCN*, Rio de Janeiro, 3(3): 35-39, 1968.
- BELART, L.A. *Informativo da FBCN*, Rio de Janeiro, 4(4): 2, 1980.
- BARROS, W.D. *Características do movimento social das ONGs no Brasil*. s.n.t. 12p. (mimeo.).
- BARTELMUS, P. A contabilidade verde para o desenvolvimento sustentável. In: MAY, P.H. & MOTTA, R.S. (org.) *Valorando a natureza, análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Campus, 1994. Cap. 9, p. 157-175.

- BENJAMIN, C. *Diálogo sobre ecologia ciência e política*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993. 198p.
- BOBBIO, N. *Conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 77p.
- BRIGAGÃO, C. Amazônia e antártica: diagnósticos de segurança ecológica. In: LEIS, H.R. (org.) *Ecologia política mundial*. Rio de Janeiro, Vozes, 1991. Cap. 4, p. 80-81.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dynamique de la recherche en sciences sociales*. Paris, PUF, 1994. 238p.
- CÂMARA, I.G. O problema ambiental e o papel das organizações conservacionistas não governamentais. *Boletim da FBCN*, Rio de Janeiro, (20): 5-13, 1985.
- CAPRA, F. *Green politic: The global promise*. New York, E.P., 1984. 296p.
- CARNOY, M. *Estado e teoria política*. Campinas, Papirus, 1986. 339p.
- CARVALHO, I.C.M. *Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos*. Rio de Janeiro, FGV, 1989. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação. 1989.
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto*. São Paulo, Brasiliense, 1987. 272p.
- CASTORIADIS, C. & COHN-BENDIT, D. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CHIZZOTI, A. *A pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo, Cortez, 1991. 164p.
- COMUNI, A.E. Meio ambiente, economia e economistas: uma breve discussão. In: MAY, P.H. & MOTTA, R.S. (orgs.) *Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Campus. Cap. 4, p.45-48. 1994.
- CONFERÊNCIA Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Utilização Racional e Conservação da Biosfera. *Boletim da FBCN*, Rio de Janeiro, 4(4): 71, 1969.
- CONSTANÇA, R. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, P.H. & MOTTA, R.S. (orgs.) *Valorando a natureza: Análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Campus. Cap. 7, p.111-139. 1994.
- COUTINHO, C.N. Democracia e socialismo no Brasil de hoje. In: WEFFORT, F. et alii (ed.) *Democracia como proposta*. Rio de Janeiro, IBASE. Cap. 5, p.93-112. 1991.

- CONVÊNIOS realizados. *Informativo da FBCN*, Rio de Janeiro, 3(3): 7, 1968.
- DALY, H.E. Capacidade de suporte como um instrumento de política de desenvolvimento: A Amazônia equatoriana e o chaco paraguaio. In: MAY, P.H. & MOTTA, R.S. (orgs.) *Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Campus. Cap. 8, p.145-155. 1994.
- DEBATE. A era JK: um estadista na República. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1992. Encarte Idéias, p.10-13.
- DUPNY, J.P. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. 256p.
- FBCN, 20 anos: O Conservacionismo e a consolidação de uma consciência conservacionista. *Informativo da FBCN*, Rio de Janeiro, 2(3):5, 1978.
- FELDMAN, F. *Guia da ecologia: Para entender e viver melhor a relação homem-natureza*. São Paulo, Abril, 1992. p.184.
- FERRI, F. *A política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 257p.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 296p.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. 244p.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1980. 143p.
- GUATARRI, F. *As três ecologias*. Campinas, Papirus, 1990. 56p.
- HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: BENJAMIN, W. & HORKHEIMER, A. (eds.) *Textos*. São Paulo, Abril, 1980. s.p.
- HERCULANO, S.C. Como passar do insuportável ao sofrível. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, 261:12-15, s.d.
- IANNI, O. *Estado e capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989. 274p.
- KADE, G. *O homem e seu meio ambiente*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975. 316p.
- LAGO, A. & PÁDUA, J.A. *O que é ecologia*. São Paulo, Brasiliense, 1985. 102p.
- LEFORT, C. *A invenção democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 247p.

- McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: A história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro, Relume Dumara, 1992.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Ideologia alemã*. Montevideu, Pueblos Unidos, 1959. 425p.
- MEMORIAL apresentado ao Exmº Sr. General Emílio Garrastazu Médici. *Boletim da FBCN*, Rio de Janeiro, 6(6): 7, 1971.
- MORIN, E. *Science avec conscience*. Paris, Fayard, 1982. p.33.
- NA linha dos pioneiros, uma ação revestida de idealismo e energia. *Informativo da FBCN*, Rio de Janeiro, 2(3): 6, 1978.
- PÁDUA, J.A. *Ecologia e política no Brasil*. São Paulo, Espaço e Tempo, 1987.
- PARA a Constituinte. *Informativo da FBCN*, Rio de Janeiro, 10(1): 2, 1986.
- PIQUET, R. & RIBEIRO, A.C.T. *Brasil, território da desigualdade: Descaminhos para modernização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991. 181p.
- RECURSOS naturais e a importância de uma política nacional de conservação. *Boletim da FBCN*, Rio de Janeiro, 6(6): 8, 1971.
- ROCHA, A.J.A.; NAVES, M.A.; SOUZA, J. da C. *Guia do meio ambiente: Coletânea de temas*. Brasília, Tablóide, 1992, p.84-85.
- SALLUM JR., B. & KULGEMAS, E. O leviatã acorrentado: Crise brasileira dos anos 80. In: SOLA, L. (org.) *Estado, mercado e democracia: Política e economia comparadas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993. Cap. 9, p.280-299.
- SEGUNDA reunião originária da FBCN. *Boletim da FBCN*, Rio de Janeiro, 3(3): 6, 1968.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 9.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. 512p.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. 3.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. 608p.
- SIMPÓSIO de Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural. *Boletim da FBCN*, Rio de Janeiro, 4(4): 63, 1969.
- STARKS, L. *Sinais de esperança: Lutando por um futuro comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991. 206p.
- SOLA, L. *Estado, mercado e democracia, política e economia comparadas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993. Cap. 8, Estado, transformação econômica e democratização no Brasil. p.235-279.

- THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. 192p.
- UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. *Estratégia mundial para conservação: A conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado*. São Paulo, 1984. Prólogo.
- VIOLA, E.J. O movimento ecológico no Brasil: do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, 1(3): 5-26, 1987.
- VIOLA, E.J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDEMBERG, M. (coord.) *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro, Revam, 1992. Cap. 3, p.49-75.
- VIOLA, E.J. & LEIS, H.R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. *Luz Nova*, São Paulo, 20:145-177, maio, 1990.
- WEFFORT, F. Democracia e desenvolvimento econômico. In: WEFFORT, F. et alii (eds.) *Democracia como proposta*. Rio de Janeiro, IBASE, 1991. Cap. 1, p. 9-33.

APÊNDICES

APÊNDICE A

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

APÊNDICES

A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) foi criada em 28 de agosto de 1958 com a finalidade de promover e recomendar uma ação nacional no sentido de preservar o ambiente natural, sob todos os seus aspectos, como sejam: água, solo, flora, fauna e paisagem, incluindo a proteção e reserva de áreas que tenham valor científico, histórico ou estético de interesse e congregar a opinião pública em torno do patrimônio natural.

Conforme consta de sua Ata de Constituição, inspiram sua criação, os seguintes princípios:

1 - As ideias conservacionistas, surgidas em 1876 com sentido pioneiro por André Rebouças, fazendo eco da conservação norte-americana, iniciado praticamente quatro anos antes, embora necessariamente não encontraram eco imediato e pleno até o fim do século, o ambiente criado;

APÊNDICE A

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) foi criada em 28 de agosto de 1958 com a finalidade de promover e recomendar uma ação nacional no sentido de preservar o ambiente natural, sob todos os seus aspectos, como sejam: água, solo, flora, fauna e paisagens, incluindo a proteção e reserva de áreas que tenham valor científico, histórico ou estético de maneira e congregar a opinião pública em torno do palpitante assunto.

Conforme consta de sua Ata de Constituição, inspiram sua criação, os seguintes princípios:

1 - As idéias conservacionistas, apregoadas já em 1876 com sentido pioneiro por André Rebouças, fazendo eco do movimento norte-americano iniciado praticamente quatro anos antes, embora necessárias não encontraram, senão decorridos mais de 3/4 de século, o ambiente esperado;

2 - A debilidade das providências adotadas, visível quer pela pequena expansão, quer pela mínima receptividade, refletem uma e outra na ausência da política brasileira de conservação da natureza;

3 - Não apenas por semelhança, mas por imperiosa decorrência do progresso, do crescimento, e da maturidade do País, não podem as gerações e não devem os homens, filhos, moradores ou dependentes das condições físicas da terra em que vivemos neste hemisfério, permanecer contemplativos na iminência de uma inevitável sucessão de desastres oriundos da impercepção pública, do mau destino provindo da ignorância e do pior uso dos recursos naturais desconsiderados do quadro da conjuntura dos problemas físicos, sociais, políticos, econômicos e culturais;

4 - Reconhece-se a oportuna propriedade do momento, o qual embora um pouco ultrapassado não é, contudo, tardio, para que o povo seja despertado e lançado de encontro à questão de base e os governos prevenidos por assessoramento sem interesse outros que não a vida e a tranquilidade desenvolvidas no País;

5 - Identifica-se o longo processo de utilização dos recursos naturais brasileiros sem observância de estreito conteúdo econômico, que assim se viram desfalcados de maneira séria de substâncias matérias-primas vegetais, minerais e animais, algumas das quais se tornaram raras e outras ameaçadas de extinção;

6 - Percebe-se, através de minucioso exame, que o problema da conservação dos recursos naturais premido pelo desenvolvimento tecnológico, pela demanda crescente como decorrência de melhores padrões e níveis de vida de maiores exigências quantitativas e qualitativas, pelo aumento generalizado das populações humanas em toda a Terra, se torna em risco moderno e em previsível futuro drama.

Isto posto, foi considerado acertado e inadiável que se congregasse para desenvolver em todos os sentidos, com todos os recursos e por todos os meios,

um movimento nacional de envergadura, revestido de idealismo e energia, sob fundamento de uma filosofia de trabalho destinado a sacudir a consciência brasileira, preparando e construindo o caminho da conservação dos recursos naturais do País.

ESTATUTO DA FBCN,
Publicado no Diário do Congresso Nacional
nº 49 - ano CV - Seção II - em 9 de abril de 1960.

TÍTULO I - DA FUNDAÇÃO, FINALIDADE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1º - A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, pessoa jurídica de direito privado, reger-se-á pelo presente Estatuto e terá como sede e foro a cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º - A Fundação tem por objetivo recomendar e realizar uma ação nacional no sentido de conservar os recursos naturais renováveis e não renováveis, e em especial a vegetação, a flora, as populações animais, a fauna, as águas, o solo, as paisagens e os monumentos naturais, inclusive pleiteando a reserva de áreas que tenham valor científico, histórico, estético ou que apresentem importância econômico-financeira vital no bem-estar futuro dos povos, tendo em vista:

- a) Estabelecer parques e monumentos naturais, bem como refúgios e reservas de flora e fauna nativos, dando-se especial atenção às espécies ameaçadas de extinção;
- b) Estimar e promover a cooperação entre os governos e as organizações nacionais e internacionais interessadas na conservação dos recursos naturais;
- c) Realizar e promover a realização de pesquisas referentes à conservação da natureza;

d) Difundir conhecimentos conservacionistas através de cursos, concursos, publicações, palestras e conferências;

e) Planejar e executar trabalhos que se destinem aos fins em causa.

Art. 3º - O prazo de duração da Fundação é indeterminado.

TÍTULO II - DOS MEMBROS DA FUNDAÇÃO

Art. 4º - A Fundação será constituída dos seguintes membros:

a) Fundadores, assim consideradas as pessoas físicas ou jurídicas que tenham assinado a ata de constituição;

b) Instituidores, as pessoas físicas ou jurídicas que tenham assinado a escritura de instituição como instituidoras;

c) Doadores, as pessoas físicas ou jurídicas que tenham feito doações mínimas no valor respectivo de Cr\$12.000,00 e Cr\$480.000,00;

d) Benfeitores, as pessoas físicas ou jurídicas que tenham feito doações de vulto em caráter excepcional;

e) Patrocinadores, as entidades públicas federais, estaduais, territoriais e municipais que subvençionem a Fundação;

f) Colaboradores, as pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado efetiva colaboração ao desenvolvimento da Fundação;

g) Beneméritos, as pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado serviços relevantes à Fundação ou à causa do conservacionismo.

TÍTULO III - DOS ÓRGÃOS E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º - São órgãos da Fundação:

a) a Assembléia Geral;

b) a Presidência;

c) o Conselho Superior;

d) a Diretoria Executiva;

e) a Secretaria Geral;

f) a Tesouraria.

CAPÍTULO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 6º - A Assembléia Geral é o órgão soberano de deliberação, competindo-lhe privativamente:

a) Eleger o Presidente;

b) Eleger dentre os que a compõem, 8 (oito) nomes e enviá-los em lista ao Presidente, que dentre eles escolherá 4 (quatro) para membros do Conselho Superior, sendo certo que os outros 4 (quatro) serão automaticamente suplentes do mesmo Conselho, sem ordem de nomeação;

c) Emendar e rever o presente Estatuto, salvo quanto à denominação e a finalidade da Fundação, que em hipótese alguma serão alteradas;

d) Aprovar as contas do Presidente e apreciar, quando for o caso, seus vetos, às deliberações do Conselho Superior;

e) Conceder, quando necessário, outras atribuições ao Presidente e aos demais membros da administração, além das previstas no presente Estatuto;

f) Conceder títulos honorários de colaborador, benfeitor e benemérito;

g) Prestar homenagens e instituir prêmios, medalhas e diplomas.

Art. 7º - Compõem a Assembléia Geral os seguintes membros:

a) Fundadores;

b) Instituidores;

c) Benfeitores;

d) Patrocinadores.

Parágrafo Único. As entidades públicas ou privadas serão representadas por pessoas devidamente credenciadas, as quais poderão ser substituídas mediante notificação escrita da entidade.

Art. 8º - Os trabalhos da Assembléia Geral serão dirigidos pelo Presidente da Fundação ou seu substituto.

Art. 9º - A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente em abril de cada ano para conhecer o Balanço Geral e os relatórios das atividades da Fundação e sobre eles deliberar e realizar eleições para preenchimento de vagas.

Parágrafo Único. As Assembléias Gerais serão convocadas através de publicação na imprensa com antecedência mínima de 3 (três) dias, em primeira convocação.

Art. 10 - A Assembléia Geral poderá ser extraordinariamente convocada em qualquer época:

- a) pelo Presidente da Fundação;
- b) pelo Conselho Superior;
- c) pela Assembléia Geral.

Art. 11 - A Assembléia Geral em primeira convocação só poderá deliberar com a presença mínima da metade mais um dos membros que a compõem (art. 7º).

Parágrafo Único. Não havendo número na primeira convocação, o Presidente convocará nova Assembléia, que se realizará dentro do prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas e máximo de 5 (cinco) dias contados da data marcada para a primeira convocação e deliberará com qualquer número.

Art. 12 - As eleições se processarão por escrutínio secreto, cabendo um voto a cada membro presente, não sendo admitido voto por procuração.

CAPÍTULO II - DA PRESIDÊNCIA

Art. 13 - A Presidência será exercida por membro ou não da Fundação, eleito pela Assembléia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleito.

Art. 14 - São atribuições e deveres do Presidente além dos que a Assembléia Geral vier a fixar-lhe (art. 6º, alínea "e"):

- a) Representar a Fundação ou promover-lhe a representação em Juízo ou fora dele;
- b) Convocar extraordinariamente o Conselho Superior;
- c) Convocar e presidir a Assembléia Geral;
- d) Admitir e dispensar o Diretor Executivo;
- e) Coordenar as atividades da Fundação, podendo, quando convier, assumir pessoalmente o exercício de qualquer das atribuições previstas no art. 17, mediante prévia notificação escrita ao Diretor-Executivo;
- f) Promover a substituição dos membros da Assembléia Geral;
- g) Sancionar ou vetar, total ou parcialmente, as decisões do Conselho Superior;
- h) Apresentar ao Conselho Superior, até 28 de fevereiro de cada ano, a prestação anual de contas, acompanhada do relatório do Diretor-Executivo;
- i) Autorizar transferências de dotações orçamentárias, de acordo com normas fixadas pelo Conselho Superior.

Art. 15 - Em seus impedimentos ou ausências, o Presidente será substituído pelo Diretor-Executivo.

CAPÍTULO III - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 16 - A Diretoria Executiva compõe-se por um Diretor Executivo de livre escolha do Presidente da Fundação, membro ou não da mesma.

Art. 17 - São atribuições e deveres do Diretor Executivo:

- a) Propor os planos de trabalho e promover a execução dos que forem aprovados pelo Conselho Superior;
- b) Enviar ao Presidente, até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades do exercício seguinte e a respectiva proposta orçamentária;

c) Apresentar, mensalmente ao Presidente, o balancete das contas acompanhado de informações supletivas e de súmula dos trabalhos realizados ou em curso de realização;

d) Enviar ao Presidente, até 30 de janeiro de cada ano, prestação de conta e relatório circunstanciado das atividades do exercício anterior;

e) Praticar os atos necessários à boa administração da Fundação tais como organizar-lhe os serviços, admitir, promover, remover e dispensar empregados, conceder férias e licenças, movimentar depósitos em bancos, receber e pagar contas e delegar poderes a subordinados.

Art. 18 - O Diretor Executivo tomará parte, sem direito a voto, nas reuniões da Assembléia Geral e nas do Conselho Superior.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 19 - O Conselho Superior se constitui de 12 (doze) membros: 8 (oito) efetivos e 4 (quatro) suplentes:

a) Efetivos, escolhidos pelo Presidente da Fundação, sendo 4 (quatro) dentre os eleitos pela Assembléia Geral Ordinária (art. 6º, alínea "b") e 4 (quatro) de sua livre escolha;

b) Suplentes, os demais eleitos pela Assembléia.

Art. 20 - O mandato dos membros do Conselho Superior será o mesmo do Presidente da Fundação.

Art. 21 - O Conselho Superior será presidido por um dos seus membros eleito por maioria de votos, podendo ser reeleito.

Art. 22 - São atribuições e deveres do Conselho Superior:

a) Opinar sobre qualquer assunto de relevância, que a juízo do Presidente da Fundação deva ser submetido a Assembléia Geral;

b) Fixar, quando julgar conveniente, outros limites mínimos para as contribuições de novos doadores;

- c) Examinar ou mandar examinar por peritos de sua escolha, os livros e documentos da Fundação;
- d) Deliberar sobre a guarda e aplicação dos bens da Fundação;
- e) Examinar e dar parecer sobre os balanços gerais, prestações de contas e relatórios submetidos pelo Presidente da Fundação;
- f) Decidir sobre a aceitação de doações e sobre a alienação de imóveis;
- g) Submeter à Assembléia Geral as decisões vetadas pelo Presidente da Fundação, sempre que por voto de, pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros, ou sejam 5 (cinco) o mesmo Conselho renovar a aprovação.

Art. 23 - O Conselho Superior reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros:

- a) Ordinariamente, de três em três meses;
- b) Extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente ou pelo Presidente da Fundação;

§ 1º - As decisões do Conselho serão tomadas pela maioria dos membros presentes;

§ 2º - O Diretor Executivo e o Secretário Geral poderão participar das reuniões do Conselho Superior, para esclarecimentos, sem direito a voto.

CAPÍTULO V - DA SECRETARIA GERAL

Art. 24 - A Secretaria Geral será dirigida por um Secretário Geral, nomeado pelo Presidente da Fundação, pelo prazo de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido.

Parágrafo Único. A Secretaria Geral será constituída, além do Secretário Geral, do 1º e 2º Secretários.

Art. 25 - São atribuições e deveres do Secretário Geral:

- a) Dirigir a Secretaria Geral;
- b) Dirigir e dispensar os 1º e 2º Secretários;

c) Ser o elemento de ligação entre o Presidente, o Conselho Superior e o Diretor Executivo;

d) Assistir, sem direito a voto, as reuniões do Conselho Superior para opinar sobre assuntos que lhe forem consultados.

Art. 26 - O 1º Secretário é o substituto do Secretário Geral nos seus impedimentos e ausências.

Art. 27 - Compete ao 1º Secretário secretariar as reuniões da Assembléia Geral e as do Conselho Superior, lavrando as respectivas Atas e ao 2º Secretário substituí-lo em seus impedimentos.

CAPÍTULO VI - DA TESOOURARIA

Art. 28 - A Tesouraria será dirigida por Tesoureiro nomeado pelo Presidente da Fundação, pelo prazo de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido.

Parágrafo Único. A organização da Tesouraria e as atribuições e deveres do Tesoureiro serão estabelecidas em Regimento Interno.

TÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO E SUA UTILIZAÇÃO

Art. 29 - O Patrimônio da Fundação será constituído pelos bens: instituídos, doados ou legados, bem como pelos provenientes de rendas patrimoniais.

Art. 30 - A Fundação poderá receber doações com ou sem encargos, inclusive para constituição de Fundos Especiais, e para custeio de serviços determinados.

Art. 31 - Os bens e direitos da Fundação só poderão ser utilizados para realizar os objetivos previstos no art. 2º, sendo, todavia, permitida a inversão de uns e outros, para obter rendas destinadas ao mesmo fim.

TÍTULO V - DO REGIME FINANCEIRO

Art. 32 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 33 - Até o dia 20 de novembro de cada ano, o Presidente apresentará ao Conselho Superior a proposta orçamentária do ano seguinte, em que serão especificadas separadamente as despesas de capital e as de operação.

§ 1º - O orçamento obedecerá aos princípios da universalidade e de utilidade.

§ 2º - A proposta orçamentária será justificada com a indicação dos planos de trabalhos.

§ 3º - O Conselho Superior terá o prazo de 20 (vinte) dias para discutir, emendar e aprovar a proposta orçamentária, não podendo majorar despesas, salvo se consignar os respectivos recursos.

§ 4º - Aprovada a proposta orçamentária, ou findo o prazo fixado no parágrafo anterior, sem que tenha sido verificada a sua aprovação, fica o Diretor Executivo autorizado a realizar as despesas previstas.

Art. 34 - Os resultados dos exercícios serão lançados no fundo patrimonial ou em fundos especiais, de acordo com o parecer no Conselho Superior aprovado pela Assembléia Geral.

Art. 35 - Durante o exercício financeiro poderão ser abertos créditos adicionais a critério do Conselho Superior, desde que as necessidades da Fundação exijam recursos disponíveis.

Art. 36 - A prestação anual de contas será feita até 28 de fevereiro ao Conselho Superior, que a submeterá a aprovação da Assembléia Geral e, além de outros, conterá os elementos seguintes:

- a) Balanço patrimonial;
- b) Balanço econômico;
- c) Balanço financeiro;
- d) Quadro comparativo entre a receita orçada e a receita realizada;

e) Quadro comparativo entre a despesa orçada e a despesa realizada.

TÍTULO VI - DA REVISÃO DO ESTATUTO

Art. 37 - O presente estatuto poderá ser revisto mediante proposta do Presidente da Fundação ou de qualquer membro da Assembléia Geral.

§ 1º - A Assembléia Geral convocada para tomar conhecimento da proposta resolverá, preliminarmente, se o assunto deverá ser objeto de deliberação e marcará, em caso afirmativo, nova reunião para discutir e votar a revisão.

§ 2º - A aprovação da revisão dependerá de 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros em condições de constituir Assembléia Geral.

TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - Os ocupantes de cargos eletivos exercerão o seu mandato até a posse dos sucessores eleitos na forma do presente Estatuto.

Art. 39 - Uma vez aceitas pelo Conselho Superior não poderão ser alteradas as condições adjetas das doações com encargos.

Art. 40 - Não serão, em caso algum, reconsideradas as decisões da Assembléia Geral que envolverem homenagens.

Art. 41 - O direito de tomar parte da Assembléia Geral poderá ser transmitido a sucessor designado, perpetuando-se a transmissão pela mesma forma, de sucessor a sucessor.

Parágrafo Único. Este direito é privativo dos membros instituidores, doadores e benfeitores (Art. 4º, alíneas "b", "c" e "d").

Art. 42 - Os membros da Administração e os da Assembléia Geral e as entidades nesta representadas não responderão pessoalmente pelas obrigações da Fundação.

Art. 43 - Com exceção do Presidente e dos membros do Conselho Superior, os demais componentes da Administração perceberão "prolabore" fixado pela Assembléia Geral, desde que os recursos financeiros da Fundação o permitirem.

Art. 44 - A Fundação extinguir-se-á pelo voto de 4/5 (quatro quintos) da totalidade dos membros que constituem a Assembléia Geral (art. 7º).

Parágrafo Único. Deliberada a extinção, o patrimônio será incorporado em outra fundação que se proponha a fins iguais ou semelhantes.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 45 - A eleição do Presidente e dos membros do Conselho Superior (Art. 6º, alíneas "a", "b") para o período até a primeira Assembléia Geral Ordinária, far-se-á em Assembléia Geral Extraordinária constituída pelos membros fundadores que assinaram a ata de constituição da Fundação.

Art. 46 - As pessoas físicas ou jurídicas que por quaisquer meios ou modos tenham, até a presente data, animado a Instituição da Fundação, será conferido o título, sem qualidade, de membro incentivador.

Art. 47 - A primeira Assembléia Geral Ordinária designará uma comissão constituída de 3 (três) membros para o fim precípuo e exclusivo de redigir o Regimento Interno da Fundação.

Art. 48 - Fica designado para receber e assinar escritura de instituição o Dr. Luiz Hermany Filho.

Art. 49 - Os casos omissos no presente Estatuto serão regulados pela Assembléia Geral.

SÍMBOLO DA FBCN

Escolheu-se para a Fundação um símbolo que representasse seus propósitos e aspirações com um motivo do folclore indígena brasileiro. Há um mito tupi, anterior à chegada do homem branco no Brasil, que persiste até hoje nos nossos mais afastados rincões - o do Curupira.

Ele personifica uma entidade protetora das florestas, dos animais e das plantações. O mito indígena apresenta-o como um garoto sagaz, que gosta de aparecer montado nos caitetús. Habita o âmago da floresta, abrigando-se nas sapopemas das grandes árvores. O seu machado, feito de casco do jaboti, nada destrói. Com ele costuma bater no tronco dos paus, avisando os animais quando se aproximam as grandes tempestades.

O Curupira é o espírito bom e protetor, que defende os animais e as plantas. Ao contrário do Saci-pererê, enganador e brincalhão, entidade que simboliza a malandrice, o Curupira só engana os viajantes ou caçadores que agem contra os princípios de ética da natureza, seja matando animais muito jovens, fêmeas gestantes, usando armadilhas cruéis e, sobretudo, mutilando ou abatendo animais e plantas, apenas pelo prazer de destruir. É por esse motivo que possui os pés virados para trás, calcanhares voltados para frente, característica que utiliza para despistar os depredadores e destruidores de nossa natureza, fazendo-os perder a trilha ou o rastro da caça. Não é raro que ajude os animais feridos a se recuperarem. Tem especial ojeriza pelos que destroem os ninhos dos pássaros ou matam os filhotes de qualquer animal.

A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, adotando-o como seu símbolo, espera que esse mito ressurja entre nós, não como credence pura e simples, mas pelo espírito filosófico correto que ele representa, de vida harmônica entre o homem e a natureza. Que ele nos estimule por todas as formas, sobretudo pelo trabalho e pela inteligência, a promovermos a

conservação e renovação dos recursos naturais do Brasil para as futuras gerações.

APÊNDICE II

TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA FBCN

• GESTÃO PROF. JOSÉ CÂNDIDO DE MELLO CARVALHO (1966/1969)

Projetos de pesquisa:

- Início 1967 - colaboração com o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq.
- Mico (*Brachyteles arachnoides*), visando o conhecimento da distribuição geográfica.
- Mico-Leão (*Leontideus rosalia*), visando a distribuição geográfica e a situação no Brasil.
- Estudo do comportamento de espécies vogais pioneiras para recomposição da Serra do Mar - colaboração Parque Nacional da Tijuca/Centro de Conservação da Natureza do Estado da Guanabara.
- Estudo do sistema espeleológico do Parque Nacional da Tijuca.
- Espécies raras ou ameaçadas de extinção.

Início em 1968:

- Levantamento das programar e custos relativo a conservação da natureza em escolas primárias, secundárias e superiores.

- Mapeamento da vegetação dos tipos fito-fisionômicos brasileiros abrangidos pelos Parques Nacionais.
- Estudo ecológico do Mugam (*Cinosternon scorpioides* L.), visando sua exploração racional no norte do Brasil.
- Pesquisas sobre ninhalis da Aveante (*Zenaidura maculosa virgata* Barton), no nordeste do Brasil.
- Coordenação do Projeto de Reserva Biológica do Pantanal.
- Levantamento da avifauna do Parque Nacional Aparados da Serra, São Joaquim, Chapada dos Veadeiros.

APÊNDICE B

TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA FBCN

GESTÃO WANDERBILT DUARTE DE BARROS (1969/1972)

Condições

- GESTÃO PROF. JOSÉ CÂNDIDO DE MELLO CARVALHO (1966/1969)

Projetos de pesquisa:

- Início 1967 - colaboração com o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq.
- Mono (*Brachyteles arachnoides*), visando o conhecimento da distribuição geográfica.
- Mico-Leão (*Leontideus rosalia*), visando a distribuição geográfica e a situação no Brasil.
- Estudo do comportamento de espécies vegetais pioneiras para recomposição da Serra do Mar - colaboração Parque Nacional da Tijuca/Centro de Conservação da Natureza do Estado da Guanabara.
- Estudo do sistema espeleológico do Parque Nacional da Tijuca.
- Espécies raras ou ameaçadas de extinção.

- Início em 1968:

- Levantamento dos programas e ensino relativo à conservação da natureza em escolas primárias, secundárias e superiores.

- Mapeamento da vegetação dos tipos fito-fisionômica brasileiros abrangidos pelos Parques Nacionais.
- Estudo ecológico do Muçum (*Cinoster scorpiordes* L.), visando sua exploração racional no norte do Brasil.
- Pesquisa sobre ninhais da Avoante (*Zenaida aiculata virgata* Bertoni), no nordeste do Brasil.
- Coordenação do Projeto de Reserva Biológica do Pantanal.
- Levantamento da situação fundiária do Parque Nacional Aparados da Serra, São Joaquim, Chapada dos Veadeiros.

• **GESTÃO WANDERBILT DUARTE DE BARROS (1969/1972)**

Convênios:

- Início 1971:

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF:

Levantamento, manejo e implantação dos seguintes Parques Nacionais e Reservas Biológicas:

Planos de Manejo

Parques Nacionais

Amazônia
Brasília
Tijuca
Sete Cidades
Monte Pascoal
Araguaia
Ubajara
Aparados da Serra
Cabo Orange
Caparaó
Chapada dos Veadeiros
Emas
Iguaçu
Pacaás Novos

Reservas Biológicas

Atól das Rocas
Cará-cará
Córrego do Veado
Lago Pirituba
Nova Lombardia
Poço das Antas
Serra Negra
Sooroteama
Rio Trombetas

Pico da Neblina
 São Joaquim
 Serra da Bocaina
 Serra da Canastra
 Serra da Capivara
 Serra dos Órgãos

Estudos Ecológicos

- Centro de anilhamento de aves (BR)
- Centro de criação de animais silvestres (AM)
- Centro de estudos de migração de aves (BR)
- Centro de criação de primatas (AM)
- Criação de tartarugas-santarém (AM-Legal)
- Curso sobre administração e manejo de Parques Nacionais (BR)
- Estudo bioecológico do Pantanal Matogrossense (MT/MS)
- Estudo sobre tatus e tamanduá-bandeira na Serra da Canastra (MG)
- Estudo da ariranha (AM-Legal)
- Estudo de proteção ao peixe-boi (AM/AP)
- Plano diretor para as reservas biológicas (DF)
- Repovoamento da Reserva Biológica de Poço das Antas (RJ)
- Unidades de conservação da Amazônia (BR).

- GESTÃO JOSÉ PIQUET CARNEIRO (1972/1974) E ALBERTO RESENDE ROCHA (maio-dez./1974)

Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA):

Reconhecimento e exploração preliminar de áreas e montagem de estruturas destinadas à instalação de Estações Ecológicas. Realização de observação da fauna e flora, da fitossionomia e de aspectos geológicos das seguintes estações ecológicas:

- Anavilhanas
- Aiuaba
- Apeiacás
- Aracuri-Esmeralda

- Foz do São Francisco
- Ilhas Maracás-Jipioca
- Iquê-Jurena
- Ilha de Taimã
- Itabaina
- Juréia
- Lapa
- Maracás
- Murici
- Pantanal do Sul
- Piriá Gurupi
- Raso da Catarina
- Taim
- Urucui-Una

• **GESTÃO LUIZ EMYGDIO DE MELLO FILHO (1975/1978)**

- Início em 1976:

Projetos com o IBDF:

- Elaboração do Plano de Manejo dos Parques Nacionais: Brasília, Tijuca, Sete Cidades, Monte Pascoal, Araguaia, Ubajara.
- 1977/1978:
- Conselho Federal de Cultura - para a publicação de obras históricas de valor conservacionista.
- IBDF - para edição do Informativo FBCN e elaboração de folhetos informativos sobre Parques Nacionais, meio ambiente e Conservacionismo.
- Coordenadoria de Pesquisa e Recursos Naturais do Estado de São Paulo - levantamento, pesquisa e planos de manejo de Parques Estaduais e Reservas Biológicas.

• GESTÃO IBSEM GUSMÃO CÂMARA (1981/1987)

- 1984/1985:
 - Estaleiro CANECO - Projeto Boto - Estudo da Biologia da *Sotalia* sp. da Baía de Guanabara.
 - SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente (Governo Federal) - levantamento da APA Cairuçu e dos manguesais de Guapi-Mirim.
 - Coordenadoria de Pesquisa e Recursos Florestais de São Paulo: fiscalização, proteção e pesquisa de recursos naturais.
 - Instituto Florestal (SP) - desenvolvimento de programas de produção de rendimento sustentado e de bacias hidrográficas, manejo de áreas silvestres e produção de sementes florestais, educação ambiental e serviço de apoio administrativo.
 - Divisão de Proteção de Recursos Naturais (SP) - proteção da flora e fauna e fiscalização da exploração florestal.
 - Instituto Geológico (SP) - levantamento de dados geológicos, delimitação de aquíferos e análise para determinação de potabilidade.
 - Cia. Elétrica do Estado de São Paulo - elaboração de estudos e projetos de pesquisa sobre conservação do meio ambiente, com ênfase no levantamento da Reserva do Morro do Diabo, refúgio do mico-leão-preto.
- 1985/1986:
 - SEMA - Estudo de zoneamento ecológico e proteção ambiental das áreas de Proteção Ambiental - Apas, de Cairuçu (RJ), Guapi-Mirim (RJ), Guarqueçaba (PR) e Jericoacoara (CE).
 - SEMA - caracterização e estabelecimento de diretrizes gerais de uso da APA de São Bartolomeu (DF).

- World Wildlife Fund (WWF) - USA:
 - Pesquisa e desenvolvimento do plano de manejo para o Parque Estadual de Carlos Botelho (SP).
 - Pesquisa e desenvolvimento do plano de manejo para o Parque Florestal de Rio Doce (MG).
 - Espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.
 - Fiscalização do Parque Monte Pascoal (BA).
 - Fiscalização da Reserva Biológica de Sooretama (ES).
 - Conservação das tartarugas marinhas do Brasil (FBCN contratou biólogos e efetuou entendimentos com a WWF - Internacional e Petrobrás).
 - Parque Nacional da Serra da Bocaina (recebimento de equipamentos).
 - Desenvolvimento de um programa de áreas úmidas.
 - Investigação etnobiológica dos índios Caiapós, na Amazônia.
 - Conservação do Parque Estadual da Serra do Mar - núcleo Pissinguaba.
 - Conservação do muriqui em seu habitat da Floresta Atlântica, na Fazenda Montes Claros, Caratinga (MG).
 - Construção de postos de guarda nas reservas Juami-Japurá e Jutai-Solimões.
 - Aves ameaçadas no nordeste do Brasil.
 - Apoio financeiro do Programa de Educação Ambiental em escolas primárias (MG).
 - Levantamento botânico da Fazenda Montes Claros, Caratinga (MG).
 - Conservação da preguiça-de-coleira.
 - Conservação do Parque Estadual de Jacupiranga.

- Educação Ambiental nas comunidades próximas à Estação Ecológica de Maracá (AP).
- Proteção à APA de Guaraqueçaba (PR).
- Proteção à Reserva Biológica Estadual de Praia do Sul (RJ).
- Projeto de pesquisa e identificação da baleia franca-austral, no sul do País.
- Projeto de proteção à baleia jubarte, no litoral brasileiro.
- Levantamento do estado atual e da biologia da ararinha (*Spix macaw*).
- Levantamento das espécies de aves no Parque Estadual do Rio Doce e na Estação Biológica de Caratinga (MG).
- Elaboração de um plano de manejo de conservação para a Floresta Atlântica, na altitude da Serra da Mantiqueira.
- Reintrodução do mico-leão-dourado na Reserva Biológica de Poço das Antas.

- 1987:

IBDF:

- Levantamento de áreas para criação de Parque Nacional e Reserva Biológica em Mato Grosso.
- Programa de Interpretação e montagem do Centro de Interpretação do Parque Nacional de Itatiaia.
- Campanha do Cinquentenário dos Parques Nacionais do Brasil.
- Projeto peixe-boi, visando a educação ambiental.
- Levantamento de áreas potenciais para criação de Parque Nacional e Reserva Biológica no Estado do Acre e Amazonas.
- Implantação do Parque Nacional Marinho de Abrolhos.

SEMA - Levantamento fundiário e compras de terra no Município de Muriqui.

WWF - US:

- Programa de educação ambiental para os ecossistemas e sistemas florestais, na Região Sudeste do Brasil.
- Conservação e aspecto biológico da franciscana (*Pontoporia blainvillei*).

• GESTÃO WANDERBILT DUARTE DE BARROS (1987/1990)

- 1988:

IBDF/Jardim Botânico (RJ):

- Projeto que visava a fiscalização e manutenção do patrimônio do Jardim Botânico (RJ).
- Projeto de mútua cooperação técnico-científica, visando desenvolver pesquisa e divulgação nas áreas de botânica e arqueologia.
- Organização da celebração dos 180 anos do Jardim Botânico.

IBDF:

- Projeto ararinha-azul do Nordeste, visando estudos sobre a sua situação.
- Projeto anilhamento de aves.

Prefeitura de Resende/SEMA:

- Projeto de Ecodesenvolvimento integrado do Maciço de Itatiaia.

- Petrobrás - Projeto Cetáceos:
- Programa de distribuição e conservação de pequenos mamíferos marinhos, em Atafona (RJ).

- 1989:

- Centrais Elétricas de Furnas:
- Unidade Hidrelétrica de Serra da Mesa, visando a elaboração do projeto do Centro de Proteção Ambiental.

- Prefeitura Municipal de Angra dos Reis:

- Projeto-piloto de Reflorestamento de manguesais no Município de Angra dos Reis (RJ).

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

- Programa de Cooperação para proteção e manejo de mamíferos aquáticos no litoral sul do Brasil, principalmente da lontra, em Santa Catarina.
- Anilhamento de Marrecas (RS), visando a marcação de aves cinegenéticas no Rio Grande do Sul.
- Proteção e conservação dos recursos naturais das Estações Ecológicas de Taim, Taimã, Iquê-Jurema e Anavilhanas.
- Programa de Educação Ambiental nas unidades de Conservação e Implantação do Programa do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.
- Ampliação do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro.
- Estudo e proteção do peixe-boi marinho.

- Programa Comunitário de Educação Ambiental em 14 unidades de conservação do IBDF.

- 1988:

WWS - US:

- Campanha educacional e institucional para Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Aves ameaçadas de extinção no nordeste do Brasil.

- 1989:

IBAMA/WWF-US:

- Campanha educacional de proteção ao peixe-boi marinho.

WWF - US:

- Estudo sobre as plantas ameaçadas de extinção.
- Conservação do muriqui na Fazenda Montes Claros (MG).
- Conferência sobre as reservas extrativistas na Amazônia Brasileira.

Fundação FORD:

- Apoio à criação de uma rede brasileira agroflorestal e de um grupo de consultoria para projetos comunitários.

- Terreno de Marinha - Cidade de Guaraqueçaba - Estado do Paraná -
 Rua Dr. Ramon Figueira s/nº, Bairro Centro - 11º Ofício de Notas,
 livro 88-N, fl. 074, com benfeitorias. Cedido ao IBAMA, quando
 ainda SEMA.

APÊNDICE C

ACERVO PATRIMONIAL

A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza possui as seguintes propriedades:

- Casa da Rua Miranda Valverde, 103, Botafogo, RJ - 18º Ofício de Notas, livro 2794, fls. 25;
- Casa e terreno com área de 12.100,00 m² - Fazenda Montes Claros - Manhuaçu, Caratinga, MG, livro 100, fls. 177 do 2º Ofício de Notas;
- Imóvel situado à Rua Projetada, 8 s/nº, Praia de Atafona, São João da Barra, RJ. Projeto "Distribuição e Conservação de Pequenos Cetáceos em Atafona, Costa Norte do Estado do Rio de Janeiro e seu Envolvimento em Operações de Pesca". A escritura definitiva ainda se encontra em andamento no Cartório de São João da Barra-RJ.
- Casa com respectivos terrenos, situada à Rua 15 de Novembro, nº 33, Comarca de Iguape, SP, Cartório de Registro de Imóveis - Comarca de Iguape - 2º Cartório de Notas - livro 168, fls. 102/103, 1º de novembro de 1985. Cedido à SOS Mata Atlântica - comodato de 10 anos conforme aprovação do Conselho Curador.

- Terreno de Marinha - Cidade de Guaraqueçaba - Estado do Paraná - Rua Dr. Ramos Figueira s/nº, Bairro Centro - 11º Ofício de Notas, livro 88-N, fl. 074, com benfeitorias. Cedido ao IBAMA, quando ainda SEMA.

APÊNDICE D

PUBLICAÇÕES E VEICULAÇÕES DA FBCN

- A FBCN, consciente do seu compromisso social e das exigências legais que norteiam a atividade ambiental brasileira, editou a "Legislação de Conservação da Natureza" (quatro edições), obra que abrange o período de 1934 a 1986. A FBCN pretende lançar o segundo volume, referente aos anos de 1987/1991;
- Transmissão de mensagens conservacionistas da FBCN, com apoio da Fundação Roberto Marinho, na Rede Globo de Televisão, em cadeia nacional. Essas mensagens, de curta duração, focalizaram a preservação da Mata Atlântica, das baleias e dos golfinhos;
- Inclusão dos eventos promovidos pela FBCN na agenda da publicação Brasil Ciência, da Coordenadoria de Comunicação Social do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Co-participação responsável da FBCN na página Meio Ambiente, do jornal O Globo, patrocinada pela Petrobrás, de 1985 até 1990;
- Edição do Boletim - FBCN de caráter anual, com 24 volumes, a tiragem anual de 4.000 exemplares;

- Edição de informativo FBCN, com tiragem de 3.000 exemplares, em lançamentos bianuais.

APÊNDICE D

PUBLICAÇÕES E VEICULAÇÕES DA FBCN

- A FBCN, consciente do seu compromisso social e das exigências legais que norteiam a atividade ambiental brasileira, editou a "Legislação de Conservação da Natureza" (quatro edições), obra que abrange o período de 1934 a 1986. A FBCN pretende lançar o segundo volume, referente aos anos de 1987/1991;
- Transmissão de mensagens conservacionistas da FBCN, com apoio da Fundação Roberto Marinho, na Rede Globo de Televisão, em cadeia nacional. Essas mensagens, de curta duração, focalizaram a preservação da Mata Atlântica, das baleias e dos golfinhos;
- Inclusão dos eventos promovidos pela FBCN na agenda da publicação Brasil Ciência, da Coordenadoria de Comunicação Social do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Co-participação responsável da FBCN na página Meio Ambiente, do jornal O Globo, patrocinada pela Petrobrás, de 1985 até 1990;
- Edição de Boletim - FBCN de caráter anual, com 24 volumes, e tiragem anual de 4.000 exemplares;

- Edição de informativo FBCN, com tiragem de 3.000 exemplares, em lançamentos bimensais.

APÊNDICE E

NÚCLEOS DA FBCN

- Centro Leopoldinense de Conservação da Natureza.
- Centro Pernambucano da FBCN.
- Centro Mineiro de Conservação da Natureza.
- Centro Paranaense para Conservação da Natureza.
- Centro Cearense de Conservação da Natureza.
- Núcleo de Belo Horizonte para Conservação da Natureza.
- Centro de Estudos e Conservação da Natureza de Nova Friburgo.
- Centro Espírito-santense para Conservação da Natureza-CECON.
- Associação para Conservação da Natureza do Ceará.
- Centro de Conservação da Natureza de Brasília.
- Núcleo do Rio Grande do Sul de Conservação da Natureza.

APÊNDICE E

NÚCLEOS DA FBCN

- Centro Leopoldinense de Conservação da Natureza.
- Centro Pernambucano da FBCN.
- Centro Mineiro de Conservação da Natureza.
- Centro Fluminense para Conservação da Natureza.
- Centro Cearense de Conservação da Natureza.
- Núcleo de Belo Horizonte para Conservação da Natureza.
- Centro de Estudos e Conservação da Natureza de Nova Friburgo.
- Centro Espírito-santense para Conservação da Natureza-CECON.
- Associação para Conservação da Natureza do Cariri.
- Centro de Conservação da Natureza de Brasília.
- Núcleo do Rio Grande do Sul de Conservação da Natureza.

APÊNDICE F

APOIO FINANCEIRO NA EDITORAÇÃO DE TRABALHOS DA FBCN

- O antigo IBBD e a UFRJ financiaram a edição do Boletim Informativo nº 1 (1966).
- A UFRJ ajudou na edição do Boletim Informativo nº 2 (1967).
- O Boletim Informativo nº 5 a 9 e o 11 foram editados pelo convênio IBDF/FBCN.
- Em virtude do Convênio com o Conselho Federal de Cultura, foram editados os Boletins Informativos nº 10 e 11 e a edição especial.
- O Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá financiou a edição de "Conservação da natureza e recursos naturais na Amazônia brasileira" (1966).
- A ABCAR editou o trabalho "Ambiente propício à vida humana", com a tiragem de 1.500 exemplares (1971).
- A SUDAM patrocinou a publicação "Guia de ação comunitária para conservação da natureza" (1971).
- Conservation Foundation patrocinou a edição de "Homem, ecologia e meio ambiente" (1971).

- A Eletrobrás financiou a 1ª edição da "Legislação para conservação da natureza" (1971).
- A FGV patrocinou a edição do trabalho "Conservação ambiental: Uma visão para a década de 70" (1972).
- A SUDAM patrocinou a publicação "Conceito de conservação" (1976).
- O Conselho Federal de Cultura, em convênio com a FBCN, reeditou "Memória sobre a pesca de baleia e extração de seu azeite" (1977).
- A FGV (Fundo IPES) e a Eletrobrás financiaram a 2ª edição da "Legislação para conservação da natureza" (1978).
- A Companhia Souza Cruz patrocinou a publicação "Conservação e atração das aves" (1982).
- A CESP editou a "Legislação para conservação da natureza", 3ª e 4ª edições (1983 e 1986).
- O BANESPA patrocinou a exposição de artes plásticas e arqueologia, editando o "Catálogo natureza 1958-1988" (1988).